

LIBERTOS PELA TERRA

POR BRUNA MONTEIRO



LIBERTOS PELA TERRA

POR **BRUNA MONTEIRO**

Nesta jornada pelos caminhos árduos do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), mergulhamos nas entranhas de uma luta que vai além do campo, transcende fronteiras estaduais e desafia as amarras da desigualdade. Este projeto é mais que um livro-reportagem, pois é um testemunho de coragem e resistência daqueles que ousaram desafiar as correntes da injustiça.

Enredada nas linhas que se seguem, a linguagem jornalística se entrelaça com as batidas do coração daqueles que lutam com anseio de justiça e pela busca da democratização da terra. Aqui o leitor descobrirá como o MST alçou voo como uma voz coletiva, um grito em defesa dos direitos dos trabalhadores sem-terra.

Ao se debruçar sobre os capítulos desta história, o leitor é convidado a testemunhar não apenas as conquistas tangíveis do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, mas, sobretudo, o impacto na vida de milhares de pessoas que encontraram na terra não apenas um pedaço de solo, mas uma comunidade solidária e corajosa que resiste e luta apesar de todas as dificuldades. Sob a lupa investigativa, este trabalho mergulha na história do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra, destacando os feitos e desafios, e narrando a trajetória marcante de uma figura central nesse cenário: José Valdir Misnerovicz, o incessante Valdir do MST, cuja história de vida se entrelaça com o Movimento que o tornou não só um defensor ardente dos direitos agrários, mas também uma vítima da injusta criminalização dos movimentos sociais.

Esta não é apenas uma narrativa de confronto, mas de libertação. Ao mergulhar nas complexidades da história do MST, revelamos como a conquista da terra não é apenas um ato de resistência

física, mas um renascimento de dignidade e esperança. A terra, para aqueles que a cultivam, não é apenas solo, é alicerce de sonhos e a promessa de um futuro mais justo.

Ao fazer uma viagem pela história do personagem central José Valdir, este livro não se limita a retratar a história do movimento. Ele busca, acima de tudo, compreender as nuances da resistência e resiliência que permeiam a luta pela terra desde 1984. Além disso, destaca o precursor Boletim Sem Terra, que, desde 1981, pulsava como o coração propagador de um ideal, antecedendo a fundação formal do MST.

Libertos pela Terra é mais do que uma crônica de eventos. É, pois, um convite para se imergir nas tramas da luta e da resistência, em que cada página é um testemunho do poder transformador da união, resistência e luta. Ao narrar a história do MST, este livro busca não apenas informar, mas inspirar, revelando que as raízes da liberdade são profundas, entrelaçadas na terra e nos corações daqueles que, como Valdir do MST, dedicaram suas vidas à construção de um futuro mais justo e igualitário.

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS E DEDICATÓRIA	6 e 7
O QUE É O MST?	8
CONFLITOS	11
SOLIDARIEDADE	25
MULHERES GUERREIRAS	38
CANUDOS	46
HISTÓRIA DE VALDIR	49
PRIMEIRA PRISÃO	61
LUTA PELA TERRA	64
SEGUNDA PRISÃO	65
ENTREVISTA	94
CPI DO MST	97

DEDICATÓRIA

Dedico este livro a todos os homens e mulheres que deram suas vidas na luta diária pela democratização da terra e que, por meio de seu trabalho e exemplos, manterão vivo o ideal do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Isso porque, mais do que uma organização, o MST é uma ideia. Como disse o presidente Lula em seu último discurso antes de se tornar preso político: “Eles têm que saber que a morte de um combatente não para uma revolução [...]. Não adianta tentar parar o meu sonho, porque, quando eu parar de sonhar, eu sonharei pela cabeça de vocês.”

AGRADECIMENTOS

Agradeço aos jornalistas Mário Magalhães e Fernando Moraes, autores dos respectivos livros: *Sobre lutas e lágrimas* e *A Ilha*, por terem me inspirado e dado coragem para eu seguir na profissão de jornalista. Ao folhear as páginas de suas obras, tive a confirmação de que o motivo pelo qual eu existo na Terra é para contar histórias através das minhas palavras, e usar a escrita como forma de luta e rebeldia, dando voz àqueles que foram silenciados e colocando luz em temas que merecem ser discutidos para além do ambiente acadêmico. Assim, onde o povo estiver é que a história vai estar sendo escrita.

INTRODUÇÃO

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA

O Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil.

Ele está organizado em 24 estados nas cinco regiões do país. Ao todo são cerca de 450 mil famílias que conquistaram a terra por meio da luta e organização dos trabalhadores rurais.

Mesmo depois de assentadas, essas famílias permanecem organizadas no MST, pois a conquista da terra é apenas o primeiro passo para a realização da Reforma Agrária.

Os latifúndios desapropriados para assentamentos normalmente possuem poucas benfeitorias e infraestrutura, como saneamento, energia elétrica, acesso à cultura e ao lazer. Por isso, as famílias assentadas seguem organizadas e realizam novas lutas para conquistarem esses direitos básicos.

Com esta dimensão nacional, essas famílias organizam-se numa estrutura participativa e democrática para tomar as decisões no MST. Nos assentamentos e acampamentos, elas se organizam em núcleos, que discutem as necessidades de cada área, além de escolher os coordenadores(as) do assentamento ou do

acampamento. A mesma estrutura se repete em nível regional, estadual e nacional.

Um aspecto importante é que as instâncias de decisão são orientadas para garantir a participação das mulheres, sempre com dois coordenadores(as), um homem e uma mulher. E, nas assembleias de acampamentos e assentamentos, todos possuem direito ao voto.

Da mesma forma acontece nas instâncias nacionais. Porém, o maior espaço de decisões do MST são os congressos nacionais que ocorrem, em média, a cada cinco anos. Além dos congressos, a cada dois anos o MST realiza seu encontro nacional, em que são avaliadas e atualizadas as definições deliberadas no congresso.

Para encaminhar as tarefas específicas, as famílias também se organizam por setores, que são estruturados desde o âmbito local até nacionalmente, de acordo com a necessidade e a demanda de cada assentamento, acampamento ou estado.

Os movimentos sociais que lutam pela democratização do acesso à terra no Brasil são antigos, o que reforça a noção de que o campo brasileiro constituiu-se sob uma estrutura muito desigual que vem sendo reforçada desde o princípio da formação do território nacional. A luta indígena pela terra e as Ligas Camponesas, que se mobilizaram entre as décadas de 1950 e 1960 pela realização da reforma agrária, são alguns dos movimentos e organizações pioneiras e que antecederam a criação do MST.

Apesar da intensa repressão promovida pela ditadura militar às diversas formas de organização social e manifestação popular, os movimentos no campo ganharam forças no Brasil durante as dé-

cadadas de 1970 e 1980, quando surgiram diversos acampamentos e ocupações pelo meio rural.

Assim, o MST surgiu como um movimento nacional em 1984, durante o I Encontro Nacional dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, realizado no dia 21 de janeiro, na cidade de Cascavel, estado do Paraná. Um ano mais tarde, o MST realizou o seu primeiro Congresso Nacional, no qual foram definidos os princípios do movimento, sua forma de atuação e os lemas: “Terra para quem nela trabalha” e “Ocupação é a única solução”.

A história do MST é marcada por diversas conquistas para os trabalhadores rurais e para as inúmeras famílias que vivem e dependem da terra no Brasil. No entanto, dois episódios impactaram a luta no campo e a trajetória desse movimento, que foram os massacres de Corumbiara (estado de Rondônia), em 15 de julho de 1995, e de Eldorado dos Carajás (estado do Pará), em 17 de abril de 1996, quando 19 trabalhadores sem-terra foram mortos por policiais. Como o ocorrido em Eldorado dos Carajás repercutiu internacionalmente, o dia 17 de abril foi declarado como Dia Internacional da Luta pela Terra.

O MST tem como função promover a organização dos trabalhadores e trabalhadoras rurais (o que inclui camponeses, posseiros, pequenos agricultores, agricultores familiares), junto aos demais membros da sociedade civil, para a garantia do acesso à terra e da realização da reforma agrária no Brasil. Nesse cenário, o movimento social dos sem-terra tem como objetivo maior a obtenção da justiça social no campo.

Segundo o próprio MST, e conforme estabelecido nos documentos oficiais que balizam a atuação desse movimento social, os seus objetivos se apoiam nos seguintes pilares:

- I. luta pela terra;
- II. luta pela reforma agrária;
- III. luta por uma sociedade mais justa e mais fraterna.

Os dois primeiros objetivos do MST versam sobre a democratização do acesso à terra, sendo essa um recurso natural fundamental para a maior autonomia do produtor rural, que, com ela, consegue garantir a sua própria subsistência e a do seu grupo familiar, além de gerar renda a partir da produção agropecuária.

A luta por uma sociedade mais justa está relacionada a vários aspectos, dizendo respeito à solução de problemas estruturais muito antigos e que caracterizam não somente o meio rural, mas a sociedade brasileira como um todo. Dentre esses problemas, estão a desigualdade socioeconômica, a falta de acesso a direitos básicos, como saúde e educação, a discriminação (étnica e de gênero) e a exploração dos trabalhadores urbanos.

1. A QUESTÃO AGRÁRIA BRASILEIRA: SEGREGAÇÃO DE TERRAS E ASSASSINATOS DOS POVOS DO CAMPO

A história do Brasil, embora seja contada a partir de uma sociedade urbana e industrial, perpassa uma história no espaço rural brasileiro. De acordo com Ramos Filho, Mitidiero Junior e Santos

(2016), o campo brasileiro é marcado pelo domínio de um modelo agroexportador que domina formas e sujeitos tradicionais que têm no campo um espaço de reprodução do seu modo de vida. Esses sujeitos, muitas vezes, sofrem violência que os leva à expulsão do campo e tenta sujeitá-los à lógica do capital.

O ano de 1500 marca a invasão portuguesa no Brasil, onde, até então, predominava um outro modo de vida e de produção – o modo de produção primitivo dos povos indígenas que aqui viviam. Com a chegada dos portugueses, logo em 1534 foi estabelecida a primeira divisão territorial do Brasil, chamada de capitânicas hereditárias, que dividiram o país em faixas de terras, sendo cada faixa administrada por uma família que possuía a posse outorgada pela Coroa portuguesa. Assim, os donatários eram pessoas que possuíam o direito à posse das terras do território brasileiro, dando origem ao primeiro conflito por terra no Brasil entre indígenas e donatários.

Ao dominar a posse das terras no Brasil, os portugueses logo iniciaram um processo de escravização do trabalho. Então, os indígenas foram os primeiros escravizados para dar início ao ciclo econômico do Brasil colonial. Assim, em nome do beneficiamento da primeira fase da Divisão Internacional do Trabalho, do Capitalismo Comercial, a escravidão da terra e do trabalho foram questões-chave para o desenvolvimento da economia brasileira, evidenciadas no poema de Dom Pedro Casaldáliga:

Malditas sejam todas as cercas! Malditas todas as propriedades privadas que nos privam de viver e de amar! Malditas sejam todas as leis,

amanhadas por umas poucas mãos para ampararem cercas e bois e fazer a Terra, escrava e escravos os humanos! (Casaldáliga, 1989, p. 38).

Diante então desse excerto do forte poema, há de se citar a maior estratégia para concentração de terras no Brasil: a Lei de Terras de 1850. Segundo José de Souza Martins (2010), a partir do declínio do trabalho servil, o objetivo da capitalização da renda passa do trabalho para a terra, persistindo um predomínio rentista da economia de exportação, que, embora ainda não possuísse uma característica capitalista pela falta de assalariamento do trabalho, já servia à lógica internacional do capitalismo.

Sobre a Lei de Terras de 1850, ela foi um projeto de institucionalização da apropriação de terras, em uma clara tentativa de concentrar a terra na mão da elite, que até então apenas brancos podiam conquistá-la, uma vez que os negros ainda eram escravizados. Assim se conformou a propriedade da terra até o fim do século XIX no Brasil, marcada por grandes propriedades concentradas na mão de poucas famílias.

Segundo José de Souza Martins (2010), o Brasil se conforma então em quatro classes sociais. Estas duas clássicas duelam na luta de classes no sistema capitalista: burgueses e proletários. As outras duas conformam a situação do campo brasileiro, marcada por grandes proprietários que possuem a posse da terra e por trabalhadores que vendem sua força de trabalho para os proprietários, chamados de latifundiários e camponeses.

Os latifundiários vão conformar uma elite política, alinhada com as práticas de coronelismo e apoiadores de uma política

conservadora. Já os camponeses seguem na luta pela terra, indo muitos para o espaço urbano, alocando-se nas periferias e conformando o início do processo de favelização. Os camponeses que ficam no campo praticam a agricultura de autossustento, comercializando o excedente e gerando a reprodução do modo de vida.

Ao passo em que o Estado brasileiro se moderniza na década de 1930, também há o avanço das políticas públicas de acesso à terra. Assim, os primeiros a acessarem a terra no Brasil foram os imigrantes europeus no sul do Brasil, conforme Tau Golin (2021). Anos depois, houve a Colônia Agrícola Nacional de Goiás (CANG), em 1941, que surgiu a partir de uma política expansionista do governo de Getúlio Vargas e deu origem à primeira liderança camponesa em Goiás, José Porfírio de Souza.

Zé Profiro em Trombas e Formoso



Foto: Maia (2008)

A história de José Porfírio, conhecido como Zé Profiro, ou apenas Profiro, daria um outro livro ou uma tese tão brilhante quanto a história de Valdir Misnerovicz, mas que já foi referenciada por outros autores como Maia (2008) ao elaborar sobre a luta dos posseiros de Trombas e Formoso entre as décadas de 1950 e 1960.

No mesmo período, houve, no Brasil, um levante popular com raiz no campo, as chamadas Ligas Camponesas. A partir do surgimento dessas ligas, foi introduzida uma questão política e ideológica nos trabalhadores do campo que se organizavam no movimento. O Partidão, antigo Partido Comunista Brasileiro (PCB), foi o responsável inicial por organizar e formar politicamente lideranças e militantes capazes de agir na vanguarda da luta pela Reforma Agrária no Brasil, conforme Leonardo Soares Santos (2005).

As Ligas Camponesas sofreram forte repressão das oligarquias formadas pelos militares e latifundiários. Diante disso, organizaram-se em congressos, reivindicando a reforma agrária e direitos trabalhistas para os trabalhadores do campo (Pinto, s.d.). As reivindicações foram apoiadas com a Reforma de Base de João Goulart, que serviu de pretexto para o golpe militar ao então presidente, em 1964.

O ano de 1964 é um marco para a história do Brasil e da Reforma Agrária. Ao passo que foi instalada a ditadura militar no primeiro semestre, no segundo, foi criado o Estatuto da Terra, que disciplina legalmente o uso, a ocupação e as relações fundiárias no Brasil. Anos depois, em 1970, foi criado o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), concebido com a missão de realizar a Reforma Agrária e administrar as terras públicas.

Embora a criação do Estatuto da Terra e do Incra representasse um avanço, a ditadura militar não deixou os que lutavam pela terra se iludir. Durante todo o governo dos militares, os militantes foram perseguidos e mortos pela ditadura militar, a exemplo de Zé Profiro, que desapareceu em Brasília, dentre dezenas de outros na região Nordeste, evidenciando o caráter de aversão aos movimentos sociais no Brasil.

A organização dos trabalhadores na luta pela Reforma Agrária criou forças em todo o país, chegando a ter destaque internacional. Na área da comunicação, Sebastião Salgado, um ícone da fotografia brasileira, publicou um registro, em 1997, durante uma mobilização em Sapé-PB e recebeu prêmios internacionais pela publicação.

Trabalhadores rurais sem terra em manifestação



Foto: Sebastião Salgado

Frequentemente, trabalhadores do campo são afrontados pelo uso de foices durante manifestações pelo acesso à terra. E essa é uma grande polêmica em torno da forma de organização dos trabalhadores, que resistem e usam a foice como símbolo da luta dos trabalhadores do campo (Almeida, 2021).

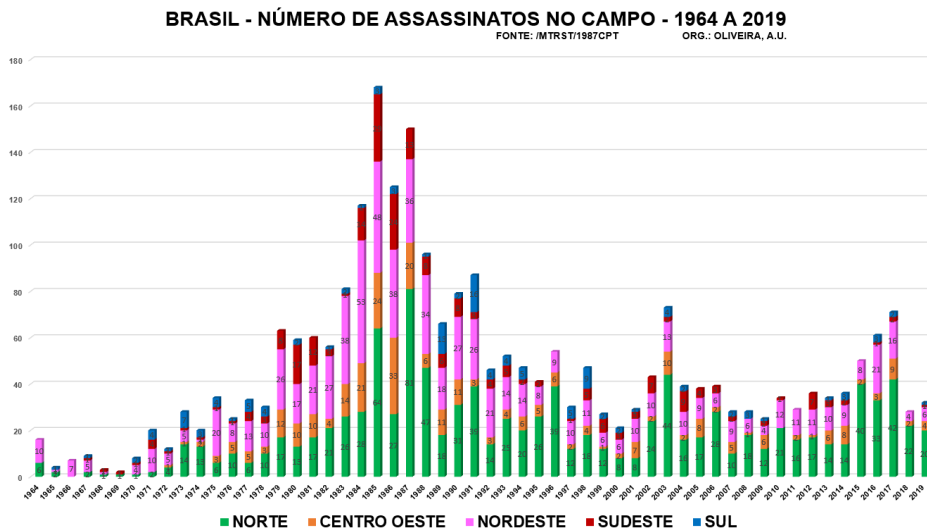
Em abril de 1996, 21 trabalhadores rurais foram mortos na fazenda Macaxeira, no Pará. Segundo César Barreira (1999), a polícia militar foi a autora do ato criminoso que ficou conhecido como “O Massacre de Eldorado dos Carajás”, onde havia mais de 3 mil famílias ocupando o local. A atitude da polícia serviu para amedrontar as famílias do local e outras que ocupavam a terra em prol da reforma agrária no Brasil.

Velório de Eldorado dos Carajás



Até hoje, o massacre de Eldorado dos Carajás é visto como símbolo de repressão aos movimentos sociais. Frequentemente, em negociação de desocupações, o ocorrido é citado como forma de intimidação, amedrontando os envolvidos sobre uma possível repetição do que ocorreu no Pará. O número de assassinatos no campo cresceu muito não só no estado do Pará, mas em todo o país, como se vê no gráfico abaixo:

Número de assassinatos no campo



Fonte: MTRST/CPT (Oliveira, 2019)

De acordo com dados do MTRST e da CPT, houve um crescimento relevante de assassinatos no campo durante a década de 1990¹. Tudo isso se deve ao crescimento das ocupações que tam-

¹ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/cidadania/relatorios-conflitos-no-campo-mos-tra-assassinatos-crescem-30-em-2022-diz-comissao-pastoral-da-terra/>. Acesso em: 5 out. 2023

bém cresceram nesses anos, conforme dados da CPT (2023). Assim, os conflitos no campo são evidenciados e demonstram um acirramento entre latifundiários e os sem-terra que vivem uma verdadeira batalha no campo brasileiro.

Vale a pena destacar o trabalho da Comissão Pastoral da Terra (CPT), que há anos monitora os conflitos por terra e por água no Brasil. A CPT, com sede nacional em Goiânia-GO, foi fundada em 1975 e possui ligação com a Igreja Católica. A Igreja, durante o governo militar e pós-redemocratização, foi um importante instrumento de apoio aos militantes sem-terra, dando-lhes suporte e proteção política.

A Teologia da Libertação, ou Teologia da Enxada, tinha como princípio a preocupação social com os pobres e a libertação dos povos oprimidos. Sendo assim, Dom Paulo Evaristo Arns, Leonardo Boff, entre outros teólogos, foram importantes para a formação política dos povos do campo. Eles também defenderam e denunciaram os abusos e torturas aos trabalhadores do campo durante a ditadura militar.

Segundo dados da Comissão da Pastoral da Terra (2022) sobre violência contra ocupação e posse, os conflitos no campo se espalham por todo o Brasil. Nesse cenário, destacam-se os estados da Bahia, Maranhão e Pará, que somam mais de 500 ocorrências, enquanto, em todo o Brasil, são 1.572. No estado de Goiás, são 58 ocorrências, com mais de 2.472 famílias envolvidas (CPT, 2022).

Os assassinatos no campo ainda são uma realidade que assola diversas famílias. Apenas no ano de 2022, foram 47 assassinatos, 123

tentativas, 113 mortos em consequência e 206 ameaças, segundo a CPT (2022). Infelizmente, os números revelam uma violência que parece não ter fim, como apresentados no mapa abaixo:

Mapa da violência no campo em 2022



Como maior movimento social do Brasil, o MST não está isento de formas de violência entre seus militantes. Isso porque os povos que sofrem violência e perseguição no campo muitos são membros

do MST, o que preocupa a coordenação nacional do movimento no sentido de organizar forças e estratégias para a ocupação de novas áreas e destinação de campanhas para proteção dos acampados.

Mesmo tendo passado muitos anos, a situação fundiária do Brasil permanece favorável à concentração de terras nas mãos dos mais ricos. Segundo dados do IBGE que abordam a Estrutura Fundiária, no Brasil, até 2020, a maioria das terras (58,4%) está concentrada na mão de 2,1% dos estabelecimentos, enquanto a maioria dos estabelecimentos (81,4%) só concentra 12,8% da área com capacidade produtiva no Brasil (IBGE, 2020). Assim, a concentração de terras na mão dos latifundiários não é história de 1500, uma vez que ainda hoje há grandes propriedades improdutivas e pessoas sem ter terra para nela viver e trabalhar.

Dessa forma, faz-se necessária a ocupação de terras por parte do MST. A ocupação e a criação de acampamentos são uma estratégia política de pressionar o governo federal, sobretudo o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), de cumprir a lei da Reforma Agrária, em conformidade com a Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964, que prevê a possibilidade de transformação de determinada terra que não cumpre função social em área destinada à criação de assentamentos de reforma agrária (Brasil, 1964).

Em Goiás, em 2023, famílias sem-terra ocuparam área usada para exploração sexual. Assim, conforme reportagem da jornalista Gabriela Moncau, mais de 600 famílias ocuparam a fazenda São Lukas, reivindicando um novo assentamento e uma melhor política de proteção às mulheres no estado (Brasil de Fato, 2023). A Polícia Militar do estado de Goiás realizou o despejo das famílias, mes-

mo sem mandado de reintegração de posse pela justiça, expondo mais uma vez o caráter de afronta aos movimentos sociais do campo protagonizado pelo governador do estado, Ronaldo Caiado.

Na capital federal, Brasília, comumente há denúncias de violência policial para com os militantes do MST. Nos últimos 10 anos, com as crescentes mobilizações populares de 2013, 2014, 2016, 2018, 2019 e 2021, o MST foi alvo de ataques ideológicos pela grande mídia e por blocos políticos conservadores. Imagens que flagram violência com os militantes que manifestam pacificamente por direitos trabalhistas e acesso à terra são de fácil acesso, como as apresentadas abaixo.

Policial atingindo manifestantes com gás de pimenta



Foto: Fábio Pozzebom

Policial usa arma de choque para dispersar manifestantes



Foto: Fábio Pozzebom

Militantes do MST em manifestação pacífica no Congresso Nacional



Foto: Beto Barata

Por ser o maior movimento social do Brasil, faz-se acreditar que há uma perseguição ao MST. Mas o movimento resiste, crescendo o número de ocupações no Brasil, produzindo comida de verdade, realizando redes de solidariedade para com os povos oprimidos e atacados no Brasil e no mundo. O MST se apresenta hoje muito mais do que um movimento social, mas, sim, um movimento político que possui objetivos muito claros: conquistar terra para os trabalhadores através da luta, uma vez que o Estado brasileiro é conivente com a concentração de terras nas mãos dos poderosos e propagadores das formas de violência aos povos do campo e da cidade.

Finalizamos então esta seção com as palavras de Rosa Luxemburgo: “Por um mundo onde sejamos socialmente iguais, humanamente diferentes e totalmente livres.”

SOLIDARIEDADE DO MST E O IMPACTO NA VIDA DAS PESSOAS

Além de todas suas lutas e trabalho, o MST realiza campanhas de solidariedade às pessoas mais necessitadas. Um exemplo disso foi uma ação desenvolvida para arrecadação de alimentos em apoio às famílias durante a pandemia e as enchentes que atingiram várias regiões do Brasil em 2023.

Segundo Leandro Prazeres, o ato não se limitou apenas ao território brasileiro, pois se estendeu a outras nações quando o Movimento estendeu sua solidariedade aos sobreviventes dos ataques de Israel à Faixa de Gaza, também em 2023, onde mais de oito mil palestinos já morreram (BBC News, 2023).

O confronto travado entre Israel e Palestina é um dos mais longos da história da humanidade, iniciado pela disputa em torno do território palestino, já ocupado por diversos povos, como hebreus e filisteus, dos quais descendem israelenses e palestinos. A rivalidade entre as nações começou com a declaração da independência de Israel, em 1948, e com o crescimento da população judia na Palestina.

Apesar da existência da questão da religião, o principal fator entre a gigantesca guerra entre israelenses e palestinos é a questão política, principalmente o envolvimento e o controle de território. Atualmente, muitos analistas apontam que o confronto

possui novos aspectos - em torno da maneira violenta pela qual Israel trata a população palestina que reside seja em Israel, seja nos territórios palestinos da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

O avião da Força Aérea Brasileira (FAB), que decolou em 30 de outubro de 2023 para buscar brasileiros que ainda estavam na região do conflito levou duas toneladas de arroz, farinha de milho e leite produzidos pelo MST (UOL, 2023). A parceria do movimento com o governo federal quis ir mais longe e se projetou para enviar 100 toneladas de comida, justificada pela situação alarmante e caótica da região.

A ação solidária do MST foi realizada em parceria com o governo Lula para amparar vítimas dos ataques na Faixa de Gaza e agregar alimentos produzidos por famílias assentadas de Santa Catarina (caixas de leite Terra Viva da Cooperoeste), do Rio Grande do Sul (arroz da Cooperativa Terra Livre e da Cooperavi) e do Ceará (farinha de milho Terra Conquistada) (UOL, 2023).

O ato foi reconhecido pelo ministro da Secretaria de Comunicação da Presidência, Paulo Pimenta, que agradeceu ao presidente Lula e ao MST através de publicação em uma de suas redes sociais: “Presidente Lula envia hoje (segunda-feira, 30), um novo avião da Presidência para continuar o trabalho de repatriação dos brasileiros que estão na zona de guerra e mais uma vez aproveita a viagem de ida para enviar ajuda humanitária. Obrigado, MST, pelo gesto de solidariedade” (Rede Brasil Atual, 2023).

A atuação do Ministério das Relações Exteriores foi reconhecida por Cássia Bechara, integrante da direção nacional do MST.

Ela confirmou a meta de envio dos 100 mil quilos doados pelas famílias da reforma agrária ao povo de Gaza, conforme entrevista ao site Brasil de Fato².

“REDE ENERGIA DAS MULHERES DA TERRA”, UMA INICIATIVA FEMININA E SUSTENTÁVEL, PREMIADA PELA EMBAIXADA DA ESPANHA EM GOIÁS

No dia 19 de outubro de 2023, o projeto goiano e socioambiental, denominado “Energia das Mulheres da Terra”, foi contemplado com o primeiro lugar no prêmio “Mulheres Rurais, Espanha Reconhece”, entregue em conjunto pela Embaixada da Espanha, pelo Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA), pela ONU Mulheres e pela Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) (IICA, 2023).

O prêmio Mulheres Rurais objetiva busca “reconhecer e fortalecer o protagonismo feminino na agricultura e nos sistemas agroalimentares locais, na geração de renda, proteção do meio ambiente e mitigação das mudanças climáticas, além de valorizar o trabalho das mulheres no que tange às tarefas de cuidado com a família e comunidade e no fomento à formação de novas lideranças femininas” (IICA, 2023). Ao todo, 218 projetos foram

² Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2023/10/31/el-mst-envia-el-primer-cargamento-con-2-toneladas-de-alimentos-a-gaza-el-objetivo-es-llegar-a-las-100-toneladas>. Acesso em: 5 nov. 2023

inscritos, provenientes dos 26 estados brasileiros, incluindo o Distrito Federal. A premiação foi realizada em Brasília.

CONHEÇA A REDE

A vencedora, “Rede Energia das Mulheres da Terra”, originou-se da articulação de organizações da Agricultura Familiar, envolvendo 42 organizações em 27 municípios de Goiás e tornou-se uma iniciativa solidária que atua na qualificação de grupos produtivos de mulheres agricultoras familiares em Goiás, por meio da implantação de projetos de energia renovável e recursos hídricos.

Entre 2019 e 2023, 92 mulheres e 9 organizações de mulheres foram beneficiadas pelo projeto “Rede Energia das Mulheres da Terra” com a implantação de um conjunto de tecnologias sociais: “biodigestores sertanejos em ferrocimento, sistemas de abastecimento de água com energia solar (bomba solar), sistemas de captação e armazenamento de água de chuva, tanques de peixes agroecológicos e sistemas de energia solar fotovoltaica” (Gerson Neto, 2023).

Estão envolvidas na iniciativa a Gepaaf, uma empresa de assessoria rural de Inhumas (GO), e a Cooperativa de Trabalho Casa do Cerrado, de Ceres (GO), utilizando recursos do Fundo Socioambiental Caixa, no Edital nº 2/2017.

“Todo o projeto inclui tecnologias sociais, ou seja, toda a estrutura é feita pela própria comunidade que recebe formação de um núcleo capacitado”, menciona Gessyane Ribeiro, engenheira agrônoma e coordenadora do projeto, em entrevista para a Associação Filhos do Pai Eterno (Afipe).

Mulheres do projeto “Energia das Mulheres da Terra” de Goiás, premiado na última quinta (19)



Foto: Projeto “Energia das Mulheres da Terra”

Certificado de Premiação



Foto: Pedro Cavalcante

Presidente Lula em visita ao assentamento Che Guevara em Moreno, região metropolitana de Recife.

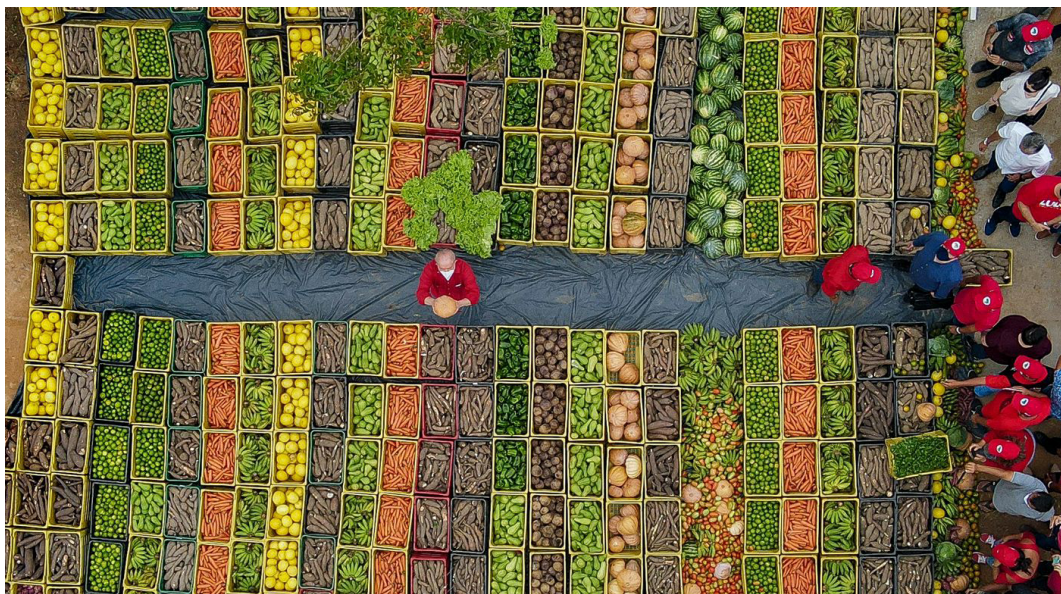


Foto: Ricardo Stuckert

Doações no Armazém do Campo destinadas à 15 Bancos Populares de Alimentos, entre outras comunidades na Região Metropolitana do Recife



Foto: MST-PE

Doação de marmitas durante o período da pandemia em 2020.



Foto: divulgação/MST

Doação de marmitas durante o período da pandemia em 2020



Foto: divulgação/MST

Voluntários preparam itens da Marmita da Terra



Foto: Guilherme Araki/MST

Voluntários preparam itens da Marmita da Terra



Foto: Guilherme Araki/MST

INatal Sem Fome e Solidário - PE



Foto: Nicolas Gandhi 2022

Natal Sem Fome e Solidário - RS



Foto: Divulgação/MST

Mulheres do projeto “Energia das Mulheres da Terra” de Goiás, premiado na última quinta (19)



Foto: Projeto “Energia das Mulheres da Terra”

Famílias concluem a construção do reservatório coletivo de 32.000 litros (2020), em Caiapônia (GO).



Foto: Projeto “Energia das Mulheres da Terra”

Mutirão de construção de Biodigestor (2019), em Orizona (GO).



Foto: Projeto “Energia das Mulheres da Terra”

Construção do Sistema de Energia Solar da agroindústria de polpas de frutas, doces e geleias da APRO-BOM (2022), em Nazário (GO).



Foto: Lizi Dalenogari

PROTAGONISMO FEMININO E OS 17 ODS DA ONU

A ONU Mulheres, na bancada avaliativa do projeto “Mulheres Rurais”, lança um olhar global sobre as necessidades pungentes das gerações atuais, sobretudo no tocante aos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU. Mensuram-se então alguns dos objetivos atendidos pela iniciativa:

- **ODS 5 - Igualdade de Gênero:** o projeto contribui para a igualdade de gênero, fortalecendo o protagonismo feminino na agricultura.
- **ODS 6 - Água Limpa e Saneamento e ODS 7: Energia Acessível e Limpa:** contribuem com esses objetivos os sistemas de

abastecimento de água com energia solar, a captação e armazenamento de água de chuva e a utilização de sistemas de energia solar fotovoltaica.

- **ODS 8 - Trabalho Decente e Crescimento Econômico:** por meio da geração de renda para mulheres agricultoras e qualificação dos processos de produção.
- **ODS 13 - Ação Contra a Mudança Global do Clima:** a implementação de tecnologias ambientalmente sustentáveis e energia renovável ajuda a combater as mudanças climáticas.
- **ODS 15 - Vida Terrestre:** o projeto contribui para o uso sustentável de ecossistemas terrestres, especialmente por meio da promoção da agricultura sustentável e da conservação dos recursos hídricos.
- **ODS 17: Parcerias e Meios de Implementação:** o projeto envolve uma colaboração entre diversas organizações e instituições, evidenciando a importância das parcerias para alcançar os ODS. (ONU Sustentabilidade, 2020).

Embora as mulheres produzam metade dos alimentos do mundo e correspondam a 43% da mão de obra agrícola, seu papel no setor ainda é negligenciado, sobretudo no tocante à valorização do capital intelectual e tomadas de decisão. Segundo o IBGE, a agricultura familiar representa 77% do abastecimento agrícola no Brasil, emprega cerca de 10 milhões de pessoas, correspondendo a 67% da força de trabalho ocupada em atividades agropecuárias. Portanto, mesmo as mulheres estando envolvidas em grande parte da cadeia de produção, entre o cultivo e a preparação do alimento, suas atividades são enxergadas como auxiliares, sendo

resguardadas a elas os afazeres domésticos e de cuidado, o que as restringe a ocupar apenas 20% dessa força de trabalho.

É válido mencionar que iniciativas globais, como o Prêmio Mulheres Rurais, bem como as 218 iniciativas nacionais, das quais a “Rede Energia das Mulheres da Terra” faz parte, além de tantas outras das quais jamais teremos notícias, mas encabeçadas por mulheres, contribuem para inverter este cenário.

Projetos como este não apenas empoderaram mulheres porque, ao lhes devolver o protagonismo, constituem provas de que elas são e sempre foram capazes, apesar de todo o contexto cultural que tentou por milênios dizer o contrário, colocando-as em lugares que a parcela machista não gostaria de ocupar.

MULHERES GUERREIRAS DO ASSENTAMENTO DE CANUDO

Canudos, um assentamento nascido da luta e da resiliência, que está situado entre os municípios de Palmeiras de Goiás, Campes- tre e Guapó, é lugar de mulheres guerreiras, que empreendem por meio do trabalho artesanal e criativo. Suas mãos moldaram e apresentaram ao mundo uma gama de produtos cosméticos, medicinais e culinários, comercializados em feiras e eventos de todo o estado de Goiás, contribuindo para o envolvimento social, independência financeira e econômica delas.

As histórias dessas guerreiras se cruzam e se fortaleceram a partir de 2008 quando, uma vez juntas, passaram a produzir e a comercializar itens fitoterápicos, artesanais e culinários, além de discutir

temáticas femininas. Desde então, suas atividades são incentivadas pelo MST, em parceria com a Universidade Federal de Goiás, que desenvolveu iniciativas para amplificar o debate em Canudos.

Amélia Frans, produtora de salame defumado, ovos, frango caipira e produtos derivados do fruto da época, recorda: “começamos com a produção de fitoterápicos, cremes de pele com plantas medicinais e, então, participamos de eventos e feiras, onde apresentávamos os produtos que eram primeiramente plantados e processados de forma coletiva; depois algumas iniciativas individuais, as mulheres passaram a ser incluídas no grupo”.

Joana, uma das vozes do assentamento, tem uma narrativa marcada pela militância e pelo amor. Sua história ultrapassa as geografias físicas, sendo também marcada pelas geografias emocionais. Militante desde a juventude, a catarinense que foi mestranda de Ciências Econômicas, narra que antes de Canudos morava em Goiânia, antes de Goiânia em São Paulo e antes disso em Santa Catarina, enquanto seu parceiro era de Rondônia. Ambos se conheceram e amadureceram o relacionamento nos traslados entre os estados. Hoje, casada e mãe de dois filhos, ela garante que muita gente deixa a selva de pedra metropolitana pela renda e moradia possibilitada pelo campo - “Em diversos estados do país, muitas famílias procuram o MST ou os movimentos de luta por terra [...] como uma saída, porque as grandes cidades já não oferecem tantos empregos” - conclui em entrevista para a docente Ana Carolina Marques, para a UEG, em 2016.

FORÇA E SOLIDARIEDADE, A BASE DAS MULHERES DE CANUDOS

O grupo “Guerreiras de Canudos” emerge como um microcosmo de apoio e empoderamento. As mulheres reúnem-se não só para empreender, mas, também, para promover o apoio emocional, compartilhando experiências de vida, discutindo seus papéis na comunidade e na luta pela terra e, sobretudo, desafiando o patriarcado.

Cerca de 20 mulheres de Guapó, Palmeiras e Campestre participam de forma ativa do grupo e se reúnem mensalmente para conversar. Antonieta Sousa Santos justifica a escolha do nome: “Somos guerreiras de Canudos porque sempre fomos lutadoras, batalhadoras, que agarra na luta e que fazem acontecer. Por isso o grupo Guerra de Canudos”. Ela ainda considera o coletivo importante devido à troca de apoio entre as participantes: “A gente faz coisas artesanais, faz polpa de frutas, geleia de frutas. A importância do grupo é que uma incentiva a outra, quando uma está desanimada a outra chega e dá aquela força”.

NEM TUDO É ARTESANATO, EXISTEM DESAFIOS

Anteriormente, o trabalho era realizado em conjunto, porém, devido aos desafios econômicos, como o alto custo financeiro com água e energia, as Mulheres Guerreiras passaram a produzir individualmente em suas moradias. Essa dificuldade, entretanto, não foi suficiente para abalar a confiança e a união: a comercialização permanece sendo realidade em grupo, nas feiras e nos eventos coletivos.

O capital obtido com a venda dos produtos é importante fonte de renda para a família da assentada Leoneide Pereira. Desse modo, segundo a assentada, “é com esse trabalho que eu ajudo na despesa da minha casa. No bem-estar da minha família faz toda a diferença. É uma forma de incrementar a renda da família, porque, como a gente não é assalariada, a renda da gente é pouca, então a gente complementa com esse trabalho que a gente tem” explica ela.

CONVÍVIO, DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO E SUSTENTÁVEL

As Mulheres Guerreiras contam com o apoio do Centro Vocacional e Tecnológico Apinajé (CVT), um projeto financiado pelo CNPq, que visa desenvolver e socializar conhecimentos em Agroecologia, Produção Orgânica e Técnicas de Sistemas de Produção Limpa, além de fomentar, junto a comunidades de produtores familiares e comunidades tradicionais, sistemas integrados de dinâmica econômica e ecológica, com uso de insumos da propriedade, geração de energia renovável, valorização dos produtos gerados por famílias, com o protagonismo das mulheres e jovens.

As relações sociais dentro do assentamento também são incentivadas. Sara Duarte Sacho, integrante do Centro Vocacional Tecnológico, o CVT Apinajé, afirma que o coletivo funciona como uma rede de apoio e interação entre as mulheres participantes. “Elas contam que por conta das distâncias e responsabilidades de cada uma dentro do seu lote, com marido e filho, elas ficam isoladas, não se encontram, não se veem, não sabem o que está aconte-

cendo com cada uma com a outra, então esses momentos de fazer algumas coisas juntas são muito importantes nesse sentido”.

APOIO E DESENVOLVIMENTO CONSTANTE

No mês da mulher, em 2023, a Agência Goiana de Assistência Técnica, Extensão Rural e Pesquisa Agropecuária (Emater) promoveu o “I Encontro das Mulheres Guerreiras do Assentamento Canudos”, com o objetivo de “promover momentos de interação, troca de conhecimento, informações sobre cuidados pessoais, debates sobre o papel da mulher na família e na sociedade, além de valorizar o trabalho realizado no campo e diversas outras temáticas voltadas às mulheres rurais”, explicou Maria Luiza Pereira, extensionista social da Emater.

Convite EMATER 2023



Foto: Reprodução

“A instituição é o instrumento de comunicação entre o poder público e as famílias rurais e, neste tipo de evento, oportuniza espaços importantes de debate, reflexão e crescimento para estas mulheres. Não apenas para o fortalecimento individual, mas também, coletivo, através da oferta de seus serviços, tais como, capacitações e seminários que resgatam a autoconfiança e aprimoram o trabalho da mulher no campo”, finalizou Maria Luiza.

Em 2019, um grupo de pesquisadores, do Câmpus Goiânia do Instituto Federal de Goiás (IFG), realizou, junto ao assentamento de Canudos, uma oficina do curso de extensão, intitulada Plantas medicinais e cosméticos naturais em Canudos. O curso objetivou aperfeiçoar as técnicas de moradores que já desenvolviam cosméticos, xaropes e outros produtos derivados de substâncias extraídas das plantas da comunidade local, conseqüentemente, melhorando a comercialização desses itens.

Oficina de Plantas Medicinais e Cosméticos.



“Elas manifestaram o interesse em melhorar a produção delas. Então nós fomos conhecer o local onde é produzido, como era feita essa produção, como o material era armazenado. A gente detectou algumas coisas que nós poderíamos contribuir desde a produção até a fase de armazenamento. Foi aí que surgiu o curso de extensão”, conta a professora Waléria Rodovalho, que faz parte da equipe de pesquisadores do projeto.

Mercadorias produzidas em Canudos, com plantas da Região.



Foto: Reprodução: IFG, 2019

Buscando preservar a naturalidade dos produtos, tais como sabonetes, aromatizadores, difusores, dentre outros, elas foram capacitadas em boas práticas de produção artesanal e extração de compostos bioativos. Como resultado, a comercialização foi impulsionada.

AS FACES DE CANUDOS

Matriarca do Assentamento Canudos (município de Palmeiras) do Grupo Mulheres Guerreiras de Canudos.



ALZIRA RODRIGUES

Foto: Reprodução: Feira Agroecológica, [s.d.].

Matriarca do Assentamento Canudos, no município de Campestre de Goiás, agricultora familiar do Grupo Mulheres Guerreiras de Canudos do MST.



ANTONIETA SOUSA SANTOS

Foto: Reprodução: Feira Agroecológica, [s.d.].

Agricultora Familiar do Grupo de Mulheres Guerreiras de Canudos do MST, município de Palmeiras (GO).



ELCIMEIRE MARIA PEREIRA

Foto: Reprodução: Feira Agroecológica, [s.d.].

As Mulheres Guerreiras de Canudos são exemplos de força, inspiração e empoderamento. Ao redefinir a economia local e estrutura social, por meio do empreendedorismo e da criatividade, elas se destacam pelo protagonismo feminino que ultrapassa a independência financeira e questiona o patriarcado.

Além disso, ao adotar boas práticas ecológicas e relações inclusivas, promovem o desenvolvimento socioeconômico e sustentável, inspirando e simbolizando possibilidades de mudanças culturais significativas, onde a coragem, a união e a natureza andam lado a lado.

CANUDOS

Criado nos anos 2000 e fruto de uma luta do MST desde 1997, Canudos, localizado no município de Palmeiras de Goiás, atualmente é habitado por mais de 400 famílias que dão sentido e vida ao assentamento, promovendo não só uma alternativa de vida mais digna para si, mas para o estado de Goiás como um todo, sobretudo a partir da produção de alimentos saudáveis.

O nome do assentamento homenageia a Comunidade Canudos, na Bahia. Foi resultado da ocupação da fazenda Palmeiras (extensão de 12.757 hectares) e pertencente à família de Colemar Rezende, presidente da União Democrática Ruralista (UDR) nos anos 1990. Está localizado entre as cidades de Palmeiras de Goiás, Campestre de Goiás e Guapó, com 98, 50 e 40 km, respectivamente.

A UDR foi presidida num certo período por um dos três irmãos que eram proprietários do terreno onde está situado Canudos. Valdir Misnerovicz aponta que a UDR foi criada especialmente para combater a luta dos sem-terra, em especial o MST, que vinha acirrando as disputas por um país mais igualitário. Surgido o MST, surge também a UDR para combater o Movimento.

O início do assentamento, que já possui mais de 20 anos, abrigou, em sua fundação, cerca de 1000 pessoas. Ele foi um dos últimos assentamentos formalizados no fim do governo Fernando Henrique, e suas estruturas foram desenvolvidas somente na gestão do governo Lula. Anteriormente, o território era um grande latifúndio, fruto de um espólio que pertencia a três irmãos. As terras desse latifúndio não eram usadas produtivamente, conforme foi apontado no relatório do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), o qual apontava a improdutividade.

No período de sua fundação, algumas famílias tinham medo, considerando o ato como perigoso, ou não obtinham recursos para viajar até a área. É importante ressaltar que os recursos para a ocupação vêm das próprias famílias.

Respaldados pela Constituição Federal de 1988, o MST conquistou, a partir de suas lutas, a conversão de toda a fazenda em assentamento, tendo 50% das terras reservadas como área de proteção ambiental. Segundo relatos de Valdir, a desapropriação dos fazendeiros resultou em uma indenização do Estado para a família possuidora pelo valor de mercado das terras, que somente depois foram disponibilizadas aos militantes.

Valdir participou, como convidado e apoiador, da noite da primeira ocupação, realizada em 1991. Apesar da participação, ele ainda não fazia parte efetivamente do MST. Entretanto, o fato de o acampamento ter sido cercado pela polícia, que impediu tanto a entrada quanto a saída dos ocupantes do latifúndio por uma semana, possibilitou a Valdir a vivência da dinâmica de mobilização e organização do Movimento.

A grande marcha contra o despejo percorreu mais de 500 quilômetros rumo à capital, e novamente Valdir participou durante 15 dias representando o sindicato. Essa mobilização marcou o início da trajetória de Valdir no MST, que foi oficialmente convidado pelos dirigentes do Movimento a se integrar ao grupo e de forma orgânica construir as suas mobilizações e sua organicidade.

VALDIR DO MST: TRAJETÓRIA

José Valdir Misnerovicz é um verdadeiro guerreiro do MST, uma vez que sua história de vida tece uma narrativa de coragem e resistência e ganha ainda mais profundidade à medida que é contada.

Sempre erguendo a bandeira da igualdade, e desafiando o coronelismo que está presente até os dias atuais, Valdir plantou as sementes da esperança em cada ato de resistência, visto por muitos como rebeldia, enquanto liderava seus companheiros na luta por um pedaço de terra e dignidade.

José Valdir desenvolve, no assentamento Canudos, um projeto relacionado à Agroecologia, uma produção sustentável sem a utilização de insumos químicos que possam degradar o meio ambiente. Essa produção de alimentos saudáveis e sustentáveis é um dos pilares da atuação dessa liderança a partir de um sistema de agrofloresta. A produção de comida saudável, cuidado e proteção do meio ambiente são os horizontes desse sistema que combina elementos da agroecologia com saberes e práticas de reflorestamento, como a plantação de árvores nativas, frutíferas e exóticas, combinados com a produção de alimentos saudáveis que são pensados para uma alimentação coletiva não só dos moradores do assentamento, mas de quem se interessar em adquirir os alimentos saudáveis e por um preço acessível através de feiras e encontros de produtores na cidade de Goiânia.

A trajetória de Valdir é atravessada por contextos sociais específicos, marcados por disputas intensas no país, pois em cada acampamento ele construiu não apenas barracas, mas comunidades forjadas pela solidariedade e pelo espírito de coletividade.

O assentamento teve como um dos marcos iniciais o final da ditadura militar, no período da redemocratização, momento marcado por uma série de lutas sociais importantes. O retorno dos exilados, até então fora do país, e a criação de novas organizações de luta e resistência no campo e na cidade geraram fatores sociais fundamentais como o MST, a Central Única dos Trabalhadores (CUT) e também o Partido dos Trabalhadores (PT). O MST surge nesse contexto histórico, numa construção articulada e não limitada ao campo, mas nas organizações surgidas nesse período.

O diálogo do MST com o Movimento Sindical e o PT trouxe, conseqüentemente, um fortalecimento mútuo entre eles. Valdir teve sua formação ainda impactada pela participação na Igreja que, na época, estava fomentando as discussões sociais orientadas pela Teologia da Libertação. Valdir aponta que sua militância inicia-se na Igreja, ainda no Rio Grande do Sul, com uma tarefa pontual de catequista ainda entre os 16 e 17 anos. As formações e os cursos, mesmo voltados para a catequese, o contato com a comunidade e a discussão das ideias sobre os sistemas sociais e a doutrina relacionada às Comunidades de Base foram fundamentais em sua história.

Hoje, quando olhamos para trás na jornada de Valdir, vemos um legado de coragem, força e compaixão. Sua vida é uma narra-

tiva viva de como um indivíduo, com propósito inabalável, pode impactar o mundo ao seu redor.

A luta sindical é um dos elementos de participação social que marca a trajetória desse militante, um passo para que os sindicatos se tornassem de fato atuantes em prol dos trabalhadores. Como secretário geral do Sindicato, Valdir passou por formações e experiências importantes voltadas para sua atuação como sindicalista. A partir do movimento sindical, teve a oportunidade de dialogar com integrantes do MST em 1991 e em seguida se aproximar das organizações do Movimento até se tornar uma das lideranças, apontando que a reforma agrária é um dos grandes temas centrais articulados não só pela militância no campo, mas também pelos sindicatos, partidos e Igreja, sendo assim um debate social. A parceria entre Sindicato e MST foi mobilizada pelo então secretário sindical, ainda antes de se integrar efetivamente ao MST. No programa de rádio do sindicato, o militante anunciava as reuniões do Movimento e, posteriormente, articulava o transporte e ainda acompanhava as reuniões.

A entrada no Movimento foi atravessada por decisões e entendimentos do militante sobre qual seu papel na sociedade. Nesse momento, Valdir percebeu que sua contribuição com o mundo poderia ser mais efetiva, declarando: “Nós libertamos a Terra e a Terra nos liberta”. A percepção do militante o levou à conclusão de que, além das limitações impostas pelos sistemas partidários, religiosos e sindicais, a luta pela terra, enfrentada efetivamente pelo MST, significa a possibilidade real de emancipação de todos os povos. Ele também concluiu que a autonomia gera as condições

efetivas da não dependência de nenhum mediador na garantia dos direitos básicos como, por exemplo, moradia e alimentação.

Seu ingresso no MST não se justifica pela necessidade de possuir terras, afinal, Valdir é filho de donos de terra e as propriedades da família seriam suficientes para ele viver e produzir seu próprio sustento e de sua família. Mas o motivo que o levou a participar do Movimento foi sua concepção política a favor da democratização da terra para quem vive nela e trabalha. Então, passou a atuar no Rio Grande do Sul, entre os anos de 1991 e 1995, período em que abriu mão das tarefas da igreja e do sindicato para se dedicar integralmente à militância do MST, utilizando sua voz para lembrar a todos que a justiça é uma semente que precisa ser constantemente cultivada para que um futuro mais igualitário possa florescer.

Após uma passagem por Campo Grande, no Mato Grosso do Sul, em 1995, Valdir chegou a Rondonópolis com a tarefa de fomentar na região a criação e a consolidação do MST no estado. Ele retrata que a vitória de Dantas de Oliveira - responsável pela lei da Reforma Agrária - possibilitou ao MST uma janela de oportunidade para estimular as ocupações de terra. Já no dia 14 de agosto de 1995, aconteceu a primeira ocupação no Mato Grosso, em Pedra Preta, próximo a Rondonópolis, que marcou o início das ocupações do MST no estado, sendo Valdir um dos pioneiros dessa atuação até 1999, quando foi convocado para reforçar o Movimento em Goiás.

Após o retorno, em 1999, sua atuação em Goiás se materializou de maneira mais estratégica, tendo em vista sua função da

atuação de amplitude nacional. Mesmo estando em Goiás, Valdir acompanhava o Movimento no Mato Grosso e Brasília, possuindo um acesso mais estratégico para essas regiões. Esse período foi importante para o MST reforçar e aprofundar a organicidade do Movimento especificamente no estado de Goiás.

Ao dialogar sobre as disputas que envolveram a terra onde hoje se localiza o assentamento Canudos, Valdir enfatiza como as aspirações do MST se contrapõem às visões de mundo dos grandes latifundiários. Ele revela que os antigos proprietários das terras, já na segunda e terceira gerações, ou seja, os filhos e os netos dos principais proprietários utilizavam parte das terras apenas para realizações de festas e estadias temporárias. “Chegavam de helicóptero e em carros para as festas e iam embora”, relata. Ele expõe que essas práticas, combinadas com a posse da terra, ainda que improdutivas, estão associadas a uma cultura muito predatória no Brasil entre os mais ricos, que é a ostentação da posse da terra. Para ele, a manutenção de um status social dessa classe ignora a funcionalidade da terra e a usa apenas para expandir seus “prestígios” sociais, econômicos e políticos, que não se dissociam nesse contexto.

A interferência do poder econômico dessa elite burguesa, segundo Valdir, atinge até as dinâmicas religiosas, sociais e culturais. “Mesmo nas festas realizadas pela Igreja, os proprietários de terra, por seu poder econômico e suas doações em maior escala, subjuguem os padres às suas vontades e desejos sobre o modo pelo qual as coisas devem acontecer”.

Sem identificar o município e nem o bairro, como forma de evitar a identificação dos envolvidos, Valdir alega que, em um dos

episódios, esse controle dos grandes latifundiários pôde ser percebido: um padre disse explicitamente que estava limitado por essas forças. O líder religioso em questão vinha cedendo o espaço da igreja para que o MST realizasse atividades no local, de modo que a parceria foi se firmando e foram realizados alguns eventos. Até que certo dia um dos doadores, proprietário de terras, disse ao padre: “Se você ceder mais uma vez o espaço da igreja para os Sem Terra, acabou a doação”. Constrangido, o padre ainda tentou justificar a interrupção da parceria, lamentou-se pelo que estava ocorrendo e teve de ceder à pressão do latifúndio. Esse tipo de relação, entretanto, parece não se limitar à esfera religiosa, uma vez que interfere até na dinâmica policial e na instância judiciária dos territórios em disputa.

REFORMA AGRÁRIA

Valdir aponta que a democratização da terra já foi resolvida na maioria das sociedades, não sendo essa luta necessariamente uma novidade, mas sim uma evidência de um atraso no Brasil em relação às políticas de reforma agrária. Valdir destaca que países da Europa, do Oriente Médio e Cuba também são exemplos das conquistas por reforma agrária e por uma justiça social atravessada pela democratização da terra. O representante também diz que, apesar de cada uma delas possuir suas próprias metodologias e experiências, o principal fundamento, a democratização da terra, foi efetivado.

Ele explica que, no modelo de uma reforma agrária socialista, a

terra passa a pertencer ao Estado, que concede parte dela para os habitantes e trabalhadores, porém, sem transferir a propriedade. Já nas reformas agrárias denominadas “burguesas”, o Estado se apropria da terra, mas, em seguida, divide-a em pequenas propriedades para os moradores, configurando a propriedade privada.

“Independente de ser uma reforma agrária socialista ou capitalista, ela tem por foco central desarticular a concentração de Terras. A reforma agrária distribui a Terra, com ou sem título” - destaca mais uma vez.

A RELAÇÃO COM A FAMÍLIA

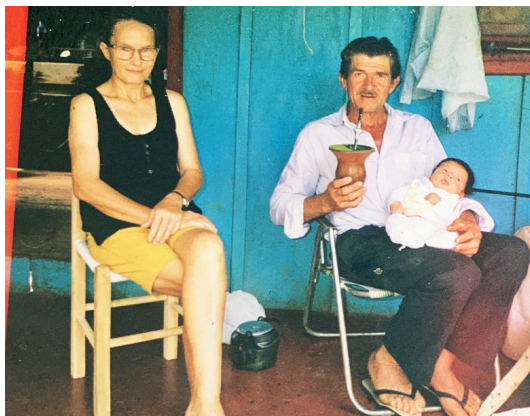
Valdir relata que o afastamento de sua família, em função da sua atuação, foi um dos elementos que lhe custou mais caro durante sua trajetória. Disse que foi o último filho a sair de casa, ele relata, emocionado, que sua mãe sentiu muito seu afastamento e teve como uma das causas de seu falecimento justamente esse afastamento. Valdir do MST soube que a condição de saúde de sua mãe sofria interferências em função desse afastamento, apenas 30 dias antes do falecimento dela, o que lhe deixou extremamente abalado. Relata também que a sua prisão afetou muito a sua mãe porque os dois mantinham uma relação de proteção mútua. “Ela me protegia e eu protegia ela”, nas palavras de Valdir do MST. Ele narra que, após o afastamento de sua mãe, ela sofreu por cerca de 20 anos em um processo doloroso em que a ausência do filho lhe gerou consequências que agravaram seu quadro de saúde.

A saída de casa foi também um tema sensível para o militante, que, para assumir suas tarefas no Movimento, precisou ausentar-se em diversos momentos. Ele destaca: “na saída de casa, fui respeitado, mas não fui entendido”.

Lurdes Misnerovicz e Pedro Misnerovicz, pais de Valdir.



Pais de Valdir com o neto Pedro no colo.



PARTICIPAÇÃO DA IGREJA

A Igreja teve uma participação importante nessa trajetória, sobretudo no contexto em que estava em disputa o que era chamado de Teologia da Libertação. Tendo sido criada na América Latina por volta dos anos 1970, essa teologia provocou a criação de muitos movimentos sindicais e partidários também no Brasil. A igreja católica e a igreja luterana tiveram grande influência nesse contexto, disseminando as ideias por várias de suas congregações. O padre da paróquia a qual Valdir era vinculado teve uma participação importante na mobilização dos líderes que estavam discutindo a formação política. As reuniões partidárias e sindicais tiveram um grande suporte não só intelectual, mas estrutural, uma vez que diversas reuniões aconteceram no Salão Paroquial. Na luta pela terra, Valdir aponta que o padre teve uma participação extremamente fundamental como animador e orientador de uma formação inicial.

Valdir destaca que a Igreja tinha um papel à época de estimular diversas organizações, sindicatos e lideranças políticas a se mobilizar pelas causas sociais. Além disso, a Igreja também fazia campanhas de arrecadação de alimentos para doação aos moradores nos assentamentos próximos. A organização das cestas era produzida a partir das doações recebidas pela Igreja, que eram distribuídas aos sábados em um ponto na estrada próxima dela. O padre fazia os anúncios sobre o recolhimento dos alimentos, feito por um caminhão, por um programa de rádio que tinha acesso.

Valdir relata que a maioria dos militantes de seu período his-

tórico tiveram uma passagem pelos ensinamentos da Igreja, de modo que suas atividades como militantes foram impactadas por esses ensinamentos. Dentre as referências apontadas, João Pedro Stédile, uma das maiores referências do MST e da luta por reforma agrária no país, é citado como um dos militantes com passagens e aprendizados na Igreja.

FORMAÇÃO EDUCACIONAL FORMAL

Sua chegada em Goiás mudou não apenas os aspectos das relações locais e familiares, mas também impactou a formação e projeção do que hoje se tornou o popularmente conhecido Valdir do MST. Sua participação em diversas frentes de atuação e no processo de mobilização, articulação e construção de alternativas de sobrevivência e dignidade foi propulsora do retorno de Valdir aos espaços educacionais formais. Ele, que até então havia estudado apenas até a antiga quarta série, retorna à sala de aula para retomar os estudos. Esse retorno, entretanto, não foi um processo descolado do coletivo e individual, pelo contrário, a partir dele o MST iniciou uma campanha de incentivo para que seus companheiros militantes se formassem também formalmente.

A estratégia foi alinhada para garantir o curso educacional formal para todos os integrantes do Movimento, além do curso de formação política. Foram criados cursos, convocações e estímulos diretos para que os militantes concluíssem o ensino médio regular.

A mobilização pela educação, por sua vez, não se limitou aos ní-

veis da educação básica ou média, mas se intensificou e provocou a continuidade também na graduação. Foi então que Valdir, tendo concluído o ensino fundamental e médio com 35 anos, iniciou dois anos depois sua graduação em Geografia, na Unesp, no Campus de Presidente Prudente. Após concluí-la, Valdir participou de um processo seletivo para a pós-graduação na Universidade Federal de Goiás (UFG) e foi selecionado.

Hoje, mestre em Geografia, ele usa seus conhecimentos acadêmicos para se reafirmar como intelectual orgânico na luta pela terra, sobretudo nos debates acerca do território e na compreensão sobre a comunidade. Durante o processo seletivo para a graduação, suas opções eram a inscrição no curso de Geografia ou no curso de Direito, o que lhe gerou dúvidas e a necessidade de uma escolha estratégica. A decisão teve a importante participação do Frei Sérgio que, ao ser perguntado por Valdir sobre qual dos dois cursos teria uma melhor discussão sobre território, respondeu sem dúvida: “Geografia”.

O processo formativo na educação formal era encarado como uma tarefa política pelos integrantes do MST, tendo como ideia principal do Movimento formar os quadros. A campanha em torno da formação acadêmica formal tinha por slogan: “Todo militante, dirigente, estudando!”. Apesar das diversas críticas que o Movimento recebeu, a academia e a educação formal reconhecem sua importância e centralidade no processo educacional e formativo. Os contatos e as relações propostas no ambiente acadêmico também são elementos importantes apreendidos dessa participação e apontados por Valdir. Conhecer, discutir e aprender com novas

ideias e teorias, organizar melhor as próprias ideias são pontos positivos que, segundo ele, qualificam a atuação.

Qualificação essa necessária também, ainda segundo Valdir, para o avanço e aprimoramento do MST que agora está disputando nas mais diversas frentes de disputa material e simbólica. Sendo assim, as disputas não se limitam ao embate territorial, físico, onde a disputa pela terra se dá apenas pela ocupação, mas agora também se dão no campo ideológico, dentro do campo político e conceitual. Por certo, as estratégias atuais aprimoram e não desqualificam as estratégias anteriores, sendo as duas atualmente combinadas que potencializam a eficiência e as conquistas do MST em todo o país. A teoria se mostrou importante para preparar os quadros do MST para os debates em relação ao tema das disputas por terra, pela reforma agrária.

A formação acadêmica, entretanto, não foi dissociada da formação política. Segundo Valdir, o Movimento organizava os cursos e o processo formativo de maneira intercalada entre o “tempo-escola” e o “tempo-comunidade”, ou seja, era também programado um tempo no cotidiano educacional em que os militantes se dedicavam às tarefas comunitárias, mantendo a importância e o protagonismo da atuação política. A prática, que era conhecida como alternância, foi o que possibilitou a conclusão dos estudos e a conquista da formação, sendo o calendário dividido entre 60 dias na cidade e 60 dias no campo.

Na academia, Valdir seguiu seus estudos e foi surpreendido no momento da defesa do projeto de qualificação com o convite para o ingresso direto no doutorado. A dedicação ao doutorado, en-

tretanto, lhe custaria um afastamento maior do campo e da militância, de no mínimo dois anos. Em função dessa necessidade de afastamento, Valdir optou por seguir com a formação no mestrado, terminando a dissertação e obtendo o título de mestre.

A PRIMEIRA PRISÃO

Recém-chegado em Goiás, em 1999, Valdir foi privado de sua liberdade em função de sua atuação como militante do MST. A prisão, que durou 30 dias, ocorreu durante a 4ª ocupação do território, num contexto de acirramento das ocupações em disputa pela conquista do assentamento, e foi determinada em função da primeira ocupação no território onde hoje está localizado o assentamento Canudos.

Além de Valdir, outros três companheiros do MST ficaram 30 dias em uma cela na delegacia de Trindade (GO), tendo ainda uma transferência temporária, que durou algumas horas, para o Sistema Prisional de Aparecida de Goiânia. Perguntado se em algum desses momentos como prisioneiro ele pensou em desistir, Valdir afirma, sobrepondo sua voz e com os olhos marejados: “Jamais! Nunca pensei em desistir!”.

A luta pelo assentamento vinha sendo travada desde 1997 entre os militantes e os latifundiários, tendo conquistado o assentamento após a 5ª ocupação, três anos depois do início das ocupações.

Sua absolvição foi deferida no dia 15 de novembro de 2023, mais de vinte anos após a prisão.

Certidão de arquivamento definitivo.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Comarca de Trindade
3ª Vara Criminal



Processo n.: **0220696-28.1999.8.09.0149**.

Natureza: **PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário**.

Acusado(a)/Autuado(a)/Representado(a): **JOSE VALDIR LUIZ MISNEROVICZJONISVAINE JOSE GOMESJOAQUIM PEREIRA DA SILVAMARCO ANTONIO DA CRUZ**.

CERTIDÃO DE ARQUIVAMENTO DEFINITIVO

Certifico que procedi ao arquivamento definitivo dos autos.

O referido é verdade e dou fé.

Trindade, 15 de novembro de 2023.

JOHNNY OLIVEIRA DE PASSOS

Analista Judiciário(a)

Fórum de Trindade

Rua E, qd. 5, It. 3, Área 1, Recanto dos Lagos, Trindade/GO, CEP 75.390-400

Tel.: (62) 3236-9800. E-mail: 3critrindade@tjgo.jus.br

Certidão de trânsito em julgado.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Goiás
Comarca de Trindade
3ª Vara Criminal



Processo n.: **0220696-28.1999.8.09.0149.**

Natureza: **PROCESSO CRIMINAL -> Procedimento Comum -> Ação Penal - Procedimento Ordinário.**

Acusados: **JOSE VALDIR LUIZ MISNEROVICZ, JONISVAINE JOSE GOMES, JOAQUIM PEREIRA DA SILVA e MARCO ANTONIO DA CRUZ.**

CERTIDÃO DE TRÂNSITO EM JULGADO

Certifico que o Ministério Público foi intimado da sentença de evento n. 43 no dia 8/11/2023 (evento n. 48).

Ademais, certifico que o quinquídio legal para a interposição de eventual recurso pela acusação se exauriu no dia 13/11/2023.

Não houve interposição de recurso.

Assim, salvo melhor juízo, a sentença transitou em julgado para a acusação no dia 13/11/2023.

O referido é verdade e dou fé.

Trindade, 15 de novembro de 2023.

Foto: Reprodução: IFG, 2019

A LUTA PELA TERRA: CORUMBÁ DE GOIÁS

Com uma dívida milionária, referente a débitos fiscais das terras da Usina Santa Helena, no município de Santa Helena de Goiás, essas foram reivindicadas pelos militantes como assentamento. A consolidação do assentamento dar-se-ia após o governo tomar as terras como parte do pagamento.

Disputando as terras de um complexo de fazendas, o Movimento iniciou uma série de mobilizações a fim de consolidar um novo assentamento na região.

As terras eram de propriedade de Eunício de Oliveira, senador de Goiás, presidente do Senado Federal e um dos maiores detentores de terras no estado, possuindo mais de 20 mil hectares de terras. A luta teve seu início ainda em agosto de 2014, quando ocorreu a primeira ocupação que reuniu mais de 3 mil pessoas.

Esses dois focos de mobilização, Corumbá e a Usina Santa Helena, foram muito tensionados, segundo o militante, pois a mobilização contou com um número entre 7 e 8 mil integrantes do Movimento. As tensões se davam pela oposição dos militantes que eram contrariados pela polícia, pelo poder Judiciário e também pelas tensões políticas locais que envolviam até donos de outras fazendas.

Esse contexto de mobilização coincidiu com a instabilidade política que culminou com o golpe que depôs a então presidenta da República, Dilma Rousseff. O contexto local foi afetado principalmente pelas relações políticas locais atravessadas pela influência dos poderosos donos de terras nas regiões ocupadas.

Em 2016, após a passagem por diversos assentamentos em diferentes estados, Valdir toma a decisão de, efetivamente, morar num assentamento e participar ainda mais diretamente do dia a dia do local. Até esse momento, a participação dele nos assentamentos se dava até o momento de conquista do território e consumação do assentamento. Conquistado o assentamento, Valdir se deslocava para outras regiões para organizar, orientar e participar das ocupações em luta por um novo território.

A SEGUNDA PRISÃO

Atravessado pelo contexto das mobilizações em Goiás, que tinham por opositor inclusive o então presidente do Senado Federal, no dia 14 de abril de 2016, três agentes da polícia civil chegam à casa de José Valdir Misnerovicz em Santo Antônio para levá-lo para o cumprimento de uma ordem de prisão. Nessa ocasião, Valdir narra que conseguiu abrigo na casa de um companheiro de luta, driblando a polícia e evitando sua prisão. Naquela mesma noite, o Movimento organizou uma saída estratégica que evitava o cerco policial e o militante escapou da prisão política naquele momento. Apesar do mandado de prisão, os policiais não tinham uma ordem que os autorizasse a entrar em sua residência, o que possibilitou o movimento de resistência. A estratégia de fuga passou por três dias de abrigamento em uma igreja local parceira, até o momento em que Valdir foi levado ao Rio Grande do Sul, onde, ao chegar, não se ausentou das atividades e continuou sua atuação de forma cuidadosa e discreta, mas sempre pertinente.

A estratégia de atuação envolveu até mesmo a utilização de um outro nome para dificultar sua identificação.

Em 31 de maio de 2016, na saída de uma escola, Valdir foi capturado pela polícia do Rio Grande do Sul. O sombrio cenário foi pintado por mais de 15 armas, apontadas implacavelmente para sua cabeça, carregando consigo a carga pesada de um momento impossível de ser esquecido. Ele então foi levado sob custódia e transferido numa viagem de carro que durou cerca de dois dias até Goiânia.

Chegando na cidade, permaneceu por dois dias em uma Delegacia Estadual de Investigações Criminais (DEIC), e de lá foi levado para o Núcleo de Segurança Máxima do Complexo Prisional de Aparecida de Goiânia. Como prisioneiro político, viu-se apartado dos demais detentos, relegado às estantes silenciosas da biblioteca. Em seguida, foi levado para um alojamento, ainda no núcleo de segurança máxima, onde permaneceu por 20 dias. Ali, entre muros que aprisionavam vereadores, políticos ilustres, advogados e médicos, Valdir podia circular dentro dos limites do alojamento, espaço onde encontrou a possibilidade de cultivar uma horta.

Durante os seis meses que se seguiram a essa segunda prisão, Valdir diz que se entregou aos livros, ou seja, “eu viajei o mundo pela leitura”, alega, destacando ainda que houve dias em que ele leu por mais de 14 horas. Além da leitura, ele também escreveu uma série de cartas nas quais refletia sobre o contexto que vivenciava. Nesse período, Valdir também recebeu mais de 200 visitas, que contaram com a participação de deputados, autoridades políticas e lideranças importantes, além de 300 cartas durante o

período no cárcere. Quando novamente perguntado se pensou em desistir, agora no contexto dessa segunda prisão, outra vez responde com afinco: “Desistir jamais!”.

Reconhecido como inocente na prisão pelos agentes carcerários e mesmo até por outros presos, Valdir ouvia conselhos para mudar de vida e abandonar sua militância, soando até como um certo alerta que reforçava a necessidade de ele se proteger, uma vez que o objetivo principal de seus opositores era matá-lo. Valdir relata que todos souberam que o objetivo primeiro dos que queriam a sua prisão era sua execução. Entretanto, após repensar o plano e as consequências, os opositores preferiram a sua prisão, conforme o ocorrido. A acusação que Valdir recebeu foi de “Organização Criminosa”, tendo sido essa a primeira vez que o MST teve de lidar com uma queixa do tipo. O militante foi apontado como o chefe da “organização criminosa”, que seria o MST, enquadrado na nova Lei nº 12.850/2013. Tal tentativa de criminalização do MST foi um processo semelhante ao que ocorreu com o presidente Lula a partir das investidas ilegais do então juiz Sérgio Moro.

Ele afirma ainda que o juiz Thiago Boghi, coordenador da ação que determinou sua prisão, tinha inspirações em Moro e era conhecido na região como “Morrinho de Goiás”. A escolha pelo caso foi estratégica, a fim de projetar no MST uma imagem de criminosos formada por recursos semelhantes aos processos relacionados ao Partido dos Trabalhadores, inclusive com o mecanismo da delação premiada. A estratégia da acusação não funcionou porque, após a quebra dos sigilos telefônicos e bancários de Valdir do

MST, os promotores não encontraram nenhuma informação que pudesse corroborar a tese de uma “organização criminosa”.

Após a conquista de um habeas corpus, Valdir passou a responder às acusações em liberdade condicional, sob três condições, dentre a mais agressiva “foi me tirar de qualquer atividade de natureza política. Tiraram todo o sentido da minha vida” - afirma. Ao comparar sua liberdade após a primeira prisão, ele relata que, após a saída, apenas dois dias depois já tinha retomado suas atividades no MST. Entretanto, nessa segunda prisão, ficou “amarrado” durante todo o tempo em que o processo correu, por cerca de 4 anos. Durante esse período, Valdir ficou em liberdade condicional, não podendo participar de nenhuma atividade, de nenhum evento de caráter político. “Aí eu fiquei sem chão, sem alimento”.

As consequências dessa prisão, e sobretudo do afastamento de suas atividades quando em liberdade condicional, causaram em Valdir graves questões de saúde mental, levando-o a um processo depressivo.

Em contrapartida, esse período também lhe abriu portas, que passou a receber diversos convites para continuar os estudos e ingressar no doutorado. Os convites vieram de universidades do Rio de Janeiro, do México e até dos Estados Unidos, e foram recusados em função de sua condição de saúde mental, além de que, mensalmente, Valdir precisava comparecer em juízo na Comarca de Santa Helena para assinar a documentação necessária.

Já em 2019, surgiu a possibilidade de o militante morar, permanentemente, no assentamento Canudos, onde reside até os dias

atuais. Ele destaca que esse foi um movimento dos próprios companheiros de cuidado e acompanhamento dele, obtendo a possibilidade do contato com a terra e de alguma maneira a manutenção de suas atividades de produção alimentar.

Liberdade para os presos.



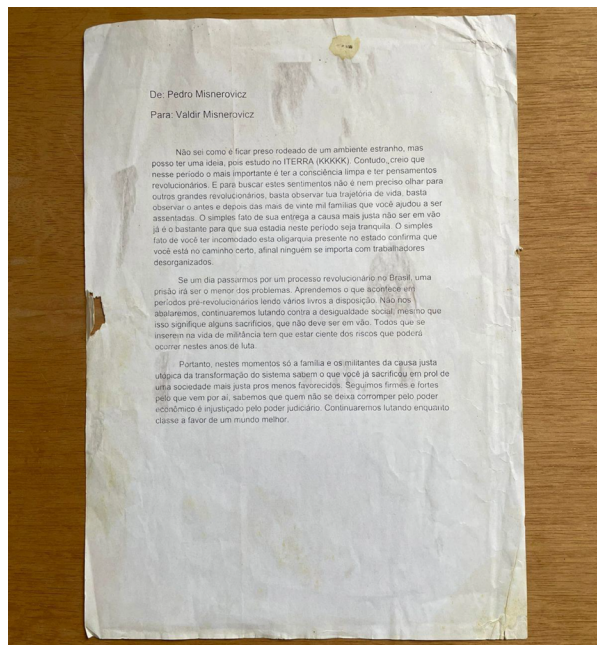
CARTAS DA PRISÃO

Mais de 300 cartas foram enviadas para Valdir durante seus dias na prisão, tornando-se um poderoso testemunho da solidariedade. À vista de mais de 600 pessoas, essas mensagens, marcadas pela tinta da compaixão, foram não apenas palavras, mas um monumento vivo à força coletiva.

As cartas ganharam uma exposição que se transformou em um ato de celebração, um testemunho da resiliência de Valdir e da comunidade que se uniu em torno dele. As cartas, antes seladas pela injustiça, foram agora desdobradas como asas da liberdade, compartilhando histórias de apoio e esperança.

Ao atravessar as portas da exposição, as pessoas não apenas celebraram a inocência de Valdir, mas ainda se tornaram parte da narrativa de resistência e justiça. Valdir, agora mais do que nunca, personifica a capacidade de superar falsas acusações e emergir mais forte, sustentado pelo calor humano de centenas de apoiadores. A seguir, são apresentadas algumas das cartas, mantendo sempre a forma de escrever do remetente:

Carta de Pedro, filho de Valdir.



“De: Pedro Misnerovicz

Para: Valdir Misnerovicz

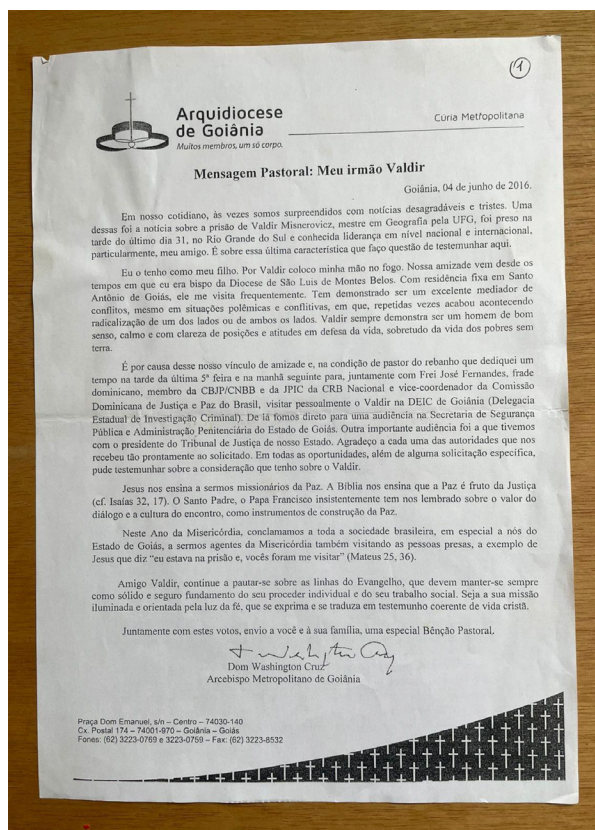
Não sei como é ficar preso rodeado de um ambiente estranho, mas posso ter uma ideia, pois estudo no ITERRA (????). Contudo, creio que nesse período o mais importante é ter a consciência limpa e ter pensamentos revolucionários. E para buscar estes sentimentos não é nem preciso olhar para outros grandes revolucionários, basta observar sua trajetória de vida, basta observar o antes e depois das mais de vinte mil famílias que você ajudou a ser assentadas. O simples fato de sua entrega a causa mais justa não ser em vão já é o bastante para que sua estadia neste período seja tranquila. O simples fato de você ter incomodado esta oligarquia presente no estado confirma que você está no caminho certo, afinal ninguém se importa com trabalhadores desorganizados.

Se um dia passarmos por um processo revolucionário no Brasil, uma prisão irá ser o menor dos problemas. Aprendemos o que acontece em períodos pré-revolucionários lendo vários livros à disposição. Não nos abalaremos, continuaremos lutando contra a desigualdade social mesmo que isso signifique alguns sacrifícios, que não deve ser em vão. Todos que se inserem na vida de militância têm de estar cientes dos riscos que poderão ocorrer nestes anos de luta.

Portanto, nesses momentos, só a família e os militantes da causa justa utópica da transformação do sistema sabem o que você já sacrificou em prol de uma sociedade mais justa para os menos favorecidos. Seguimos firmes e fortes pelo que vem por aí, sabemos que quem não se deixa corromper pelo poder econômico é injustiçado pelo poder judiciário.

Continuaremos lutando enquanto classe a favor de um mundo melhor”.

Carta do Arcebispo Dom Washington Cruz – no documento, a Igreja deixa seu apoio explícito a Valdir. A instituição possui muita relevância no estado de Goiás.



Arquidiocese de Goiânia

Mensagem Pastoral: Meu irmão Valdir

Goiânia, 04 de junho de 2016.

Em nosso cotidiano, às vezes somos surpreendidos com notícias desagradáveis e tristes. Uma dessas foi a notícia sobre a prisão de Valdir Mis-

nerovicz, mestre em Geografia pela UFG, foi preso na tarde do último dia 31, no Rio Grande do Sul e conhecida liderança em nível nacional e internacional, particularmente, meu amigo. É sobre essa última característica que faço questão de testemunhar aqui.

Eu o tenho como meu filho. Por Valdir coloco minha mão no fogo. Nossa amizade vem desde os tempos em que eu era bispo da Diocese de São Luís de Montes Belos. Com residência fixa em Santo Antônio de Goiás, ele me visita frequentemente. Tem demonstrado ser um excelente mediador de conflitos, mesmo em situações polêmicas e conflitivas, em que, repetidas vezes acabou acontecendo radicalização de um dos lados ou de ambos os lados. Valdir sempre demonstra ser um homem de bom senso, calmo e com clareza de posições e atitudes em defesa da vida, sobretudo da vida dos pobres sem terra.

É por causa desse vínculo de amizade e, na condição de pastor do rebanho que dediquei um tempo na tarde da última 5ª feira e na manhã seguinte para, juntamente com Frei José Fernandes, frade Domiciano, membro da CBJP/CNBB e JPIC da CRB Nacional e vice-coordenador da Comissão Domiciano de Justiça e Paz do Brasil, visitar pessoalmente o Valdir na DEIC de Goiânia (Delegacia Estadual de Investigação Criminal). De lá fomos direto para uma audiência na Secretaria de Segurança Pública e Administração Penitenciária do Estado de Goiás. Outra importante audiência foi a que tivemos com o presidente do Tribunal de Justiça de nosso Estado. Agradeço a cada uma das autoridades que nos recebeu tão prontamente ao solicitado. Em todas as oportunidades, além de alguma solicitação específica, pude testemunhar sobre a consideração que tenho sobre o Valdir.

Jesus nos ensina a sermos missionários da Paz. A Bíblia nos ensina que a Paz é fruto da Justiça (cf. Isaías 32,17). O Santo Padre, o Papa Francisco insistentemente tem nos lembrado sobre o valor do diálogo e a cultura do encontro, como instrumentos de construção da Paz.

Neste Ano da Misericórdia, conclamamos a toda a sociedade brasileira, em especial a nós do Estado de Goiás, a sermos agentes da Misericórdia também visitando as pessoas presas, a exemplo de Jesus que diz “eu estava na prisão e, vocês foram me visitar” (Mateus 25, 36).

Amigo Valdir, continue a pautar-se sobre as linhas do Evangelho, que devem manter-se sempre como sólido e seguro fundamento do seu proceder individual e do seu trabalho social. Seja a sua missão iluminada e orientada pela luz da fé, que se exprima e se traduza em testemunho coerente da vida cristã.

Juntamente com estes votos, envio a você e à sua família, uma especial Bênção Pastoral.

Dom Washington Cruz

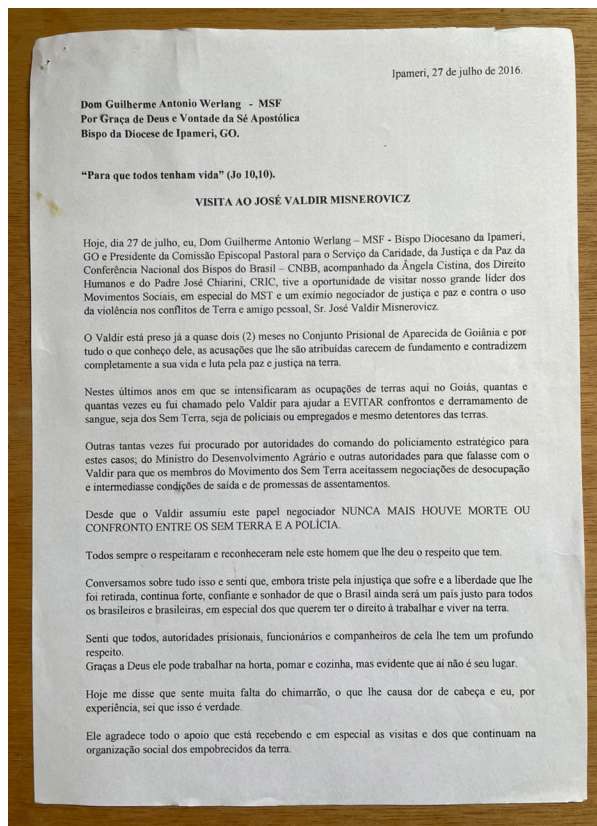
Arcebispo Metropolitano de Goiânia

Praça Dom Emanuel, s/n – Centro – 74030-140

Cx. Postal 174 – 74001-970 – Goiânia – Goiás

Fones: (62) 3223-0769 e 3223-0759 – Fax: (62) 3223-8532

Visita de Dom Guilherme, Bispo da Diocese de Ipameri - GO.



Ipameri, 27 de julho de 2016.

Dom Guilherme Antônio Werlang – MSF

Por Graça de Deus e Vontade da Sé Apostólica

Bispo da Diocese de Ipameri, GO.

“Para que todos tenham vida” (Jo 10,10).

VISITA AO JOSÉ VALDIR MISNEROVICZ

Hoje, dia 27 de julho, eu, Dom Guilherme Antonio Werlang – MSF – Bispo Diocesano da Ipameri, GO e Presidente da Comissão Episcopal Pastoral para o Serviço da Caridade, da Justiça e da Paz da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, acompanhado da Ângela Cristina, dos Direitos Humanos e do Padre José Chiarini, CRIC, tive a oportunidade de visitar nosso grande líder dos Movimentos Sociais, em especial do MST e um exímio negociador de justiça e paz e contra o uso da violência nos conflitos de Terra e amigo social, Sr. José Valdir Misnerovicz.

O Valdir está preso já a quase dois (2) meses no Conjunto Prisional de Aparecida de Goiânia e por tudo o que conheço dele, as acusações que lhe são atribuídas carecem de fundamento e contradizem completamente a sua vida e luta pela paz e justiça na terra.

Nestes últimos anos em que se intensificaram as ocupações de terra aqui no Goiás, quantas e quantas vezes eu fui chamado pelo Valdir para ajudar a EVITAR confrontos e derramamento de sangue, seja dos Sem Terra, seja de policiais ou empregados e mesmo detentores das terras.

Outras vezes fui procurado por autoridades do comando do policiamento estratégico para estes casos; do Ministro do Desenvolvimento Agrário e outras autoridades para que falasse com o Valdir para que os membros do Movimento dos Sem Terra aceitassem as negociações de desocupação e intermediasse condições de saída e de promessa de assentamentos.

Desde que o Valdir assumiu este papel negociador NUNCA MAIS HOUVE MORTE OU CONFRONTO ENTRE OS SEM-TERRA E A POLÍCIA.

Todos sempre o respeitaram e reconheceram nele este homem que lhe deu o respeito que tem.

Conversamos sobre tudo isso e senti que, embora triste pela injustiça que sofre e a liberdade que lhe foi retirada, continua forte, confiante e sonhador de que o Brasil ainda será um país justo para todos os brasileiros e brasileiras, em especial dos que querem ter o direito à trabalhar e viver na terra.

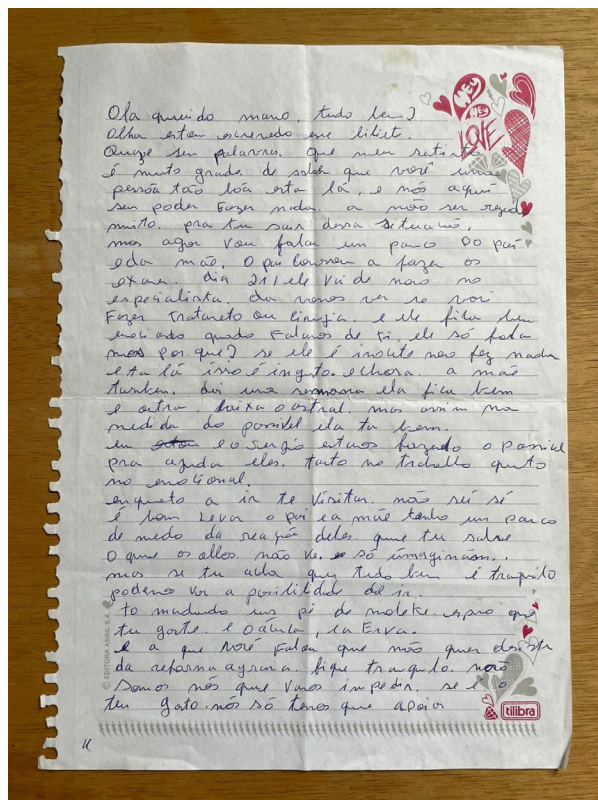
Senti que todos, autoridades prisionais, funcionários e companheiros de cela lhe tem um profundo respeito.

Graças a Deus ele pode trabalhar na horta, pomar e cozinhar, mas evidente que aí não é seu lugar.

Hoje me disse que sente muita falta do chimarrão, o que lhe causa dor de cabeça e eu, por experiência, sei que isso é verdade.

Ele agradece todo o apoio que está recebendo e em especial as visitas e dos que continuam na organização social dos empobrecidos da terra.

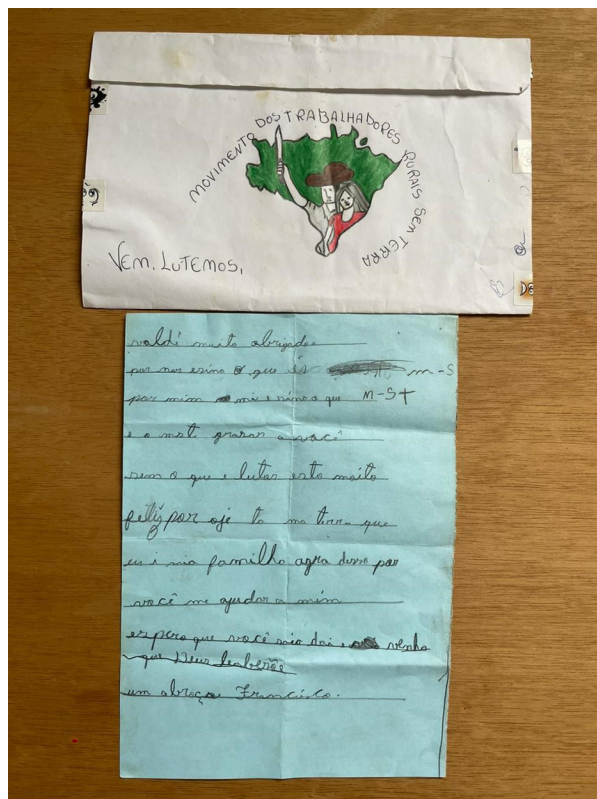
Carta do irmão de Valdir.



Olá querido mano, tudo bem? Olha estou escrevendo esse bilhete quase sem palavras que meu (?) é muito grade de saber que você uma pessoa tão boa está lá, e nós aqui sem poder fazer nada a não ser rezar muito. pra tu sair dessa situação, mas (?) vou falar um pouco do pai e da mãe. o pai (?) a fazer os exames dia 21, ele vai de novo no especialista (?) ver se vai fazer tratameto ou cirurgia. e ele fica bem emocionado quando quando falamos de ti, ele só fala mas por que? se ele é inocete não fez nada e ta lá isso é injusto. e chora. a mãe também, (?) uma semana ela fica bem e outra baixa o astral. mas assim na medida do possível ela ta bem.

*eu e o serjio (?) (?) fazendo o possível pra ajuda eles. tanto no (?) no emocional.
eu (?) a ir te visitar não sei se é bom levar o pai e mãe tenho um pouco de
medo da reação deles que tu sabe o que os ollos não ve. só (?)
mas se tu (?) é tranquilo podemos ver a possibilidade de ir.
to madando uns pé de moleque. espro que tu goste. e o célula, e a Erva.
e a que (?) falou que não quer desisti da reforma agraria. fique tranquilo.
não somos nós que vamos impedir. se é o teu gosto. nós só temos que apoiar
e (?) pra que Deus te (?) sempre. (?) fica bem (?) fé que logo (?) jutos...ama-
mos você. Beijos de todos nos.
(?)
um esqueci de uma coisa qualquer coisa que precisa conte com nós*

Carta de Francisco.



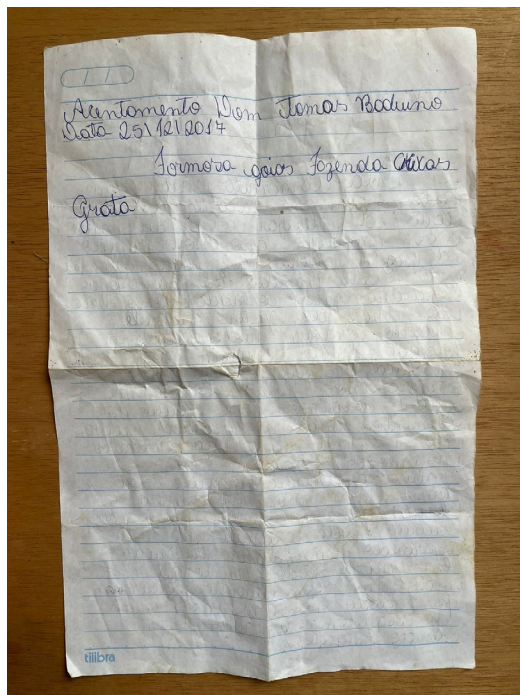
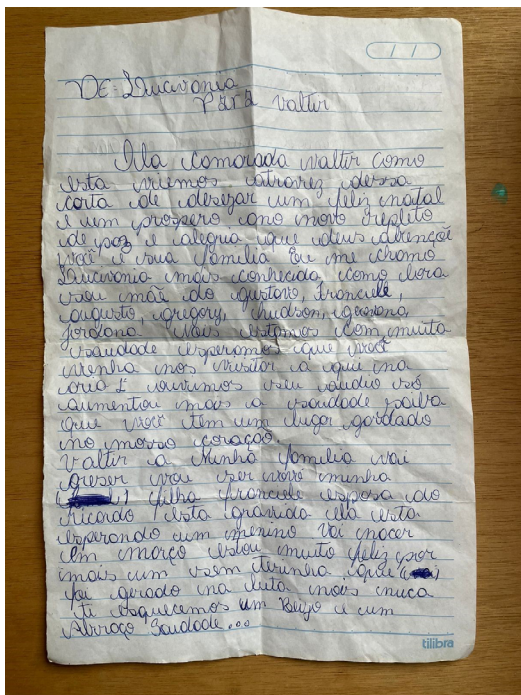
Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra

Vem Lutemos

Valdi muito obrigado pr nos esina o que és por mim mi (?) o que m-st e o mst grasas a você sem o que e lutar esto muito feliz p roje ta ma terra que eu e mia familia agra desso por você me ajudar a mim espero que você saia dai e venha que Deus leabesõe.

um abraço Francisco

Carta de Lucivania.



De: Lucivania

Para Valtir

Ola camarada valtir como esta viemos através dessa carta de desejar um feliz natal e um prospero ano novo repleto de paz e alegria que deus abençoe você e sua família. Eu me chamo Lucivania mais conhecida como lora sou mãe do gustavo, franciele, augusto, gregory, hudson, geovana, jordana Nois estamos com muita saudade esperamos que você venha nos visitar a qui na (?) 1º ouvimos seu áudio só aumentou mais a saudade saiba que você tem um lugar gardado no nosso coração.

Valtir a Minha familia vai crescer vou ser vovó minha filha franciele esposa do ricardo esta gravida ela esta esperando um menino vai nacer em março estou muito feliz por mais um sem terinha que foi gerado na luta nois nunca ti esquecemos um Beijo e um Abraço Saudade..

Acentamento Dom tomas Baduino

Data 25/12/2017

Formosa goias Fazenda crixas

Grata

MORADIA NO ASSENTAMENTO E PANDEMIA

A mudança para moradia definitiva no assentamento, agora em 2019, trazia consigo novamente uma tarefa política: consolidar um trabalho de agroecologia e a produção de alimentos saudáveis. Valdir relata que, precisamente, no dia 15 de novembro de 2019, dia em que se mudou para o assentamento, foi o último dia que tomou remédio para a depressão: “Tomei a decisão de me curar pelo trabalho da Terra”. E reafirma sorridente: “É o que está me mantendo vivo”.

A pandemia de Covid-19 marcou a história mundial e ainda impactou a vivência dos militantes no assentamento, que passaram a se isolar e evitavam circulação fora do território. Consequentemente, também elevou a demanda pela produção de alimentos, no mesmo momento em que o projeto de agroecologia iniciado por Valdir se desenvolvia. O retorno para o assentamento foi um período marcado pelas experimentações das teorias sobre agroecologia, as quais ele também criou em seus estudos, na prática cotidiana. Com ajuda de seus pares, Valdir teve a possibilidade de confirmar suas idealizações sobre o plantio, o cultivo e a produção da terra, acumuladas em sua trajetória no MST.

A integração do assentamento com toda a comunidade tem sido expandida pela produção de alimentos. A parceria com os consumidores, organizada pela CSA, 5º artigo, tem sido um dos meios de aproximação e diálogo com a comunidade, sendo ain-

da um mecanismo de fortalecimento desse vínculo. Valdir relata que, em 2022, mais de mil pessoas visitaram o assentamento e puderam participar de debates importantes em relação à terra e à produção de alimentos saudáveis, potencializando a política do Movimento.

Até maio de 2023, ele apontou que mais de 300 pessoas já tinham visitado o assentamento e conhecido o projeto agroecológico organizado por ele e seus pares. Até mesmo o embaixador da África do Sul, Vusi Mavimbela, e sua comitiva visitaram o assentamento nesse período a pedido do governo da África do Sul, que buscava saber mais sobre o projeto. As experiências internacionais são marcadas ainda por passagens de alemães e argentinos. O primeiro projeto de extensão da turma de Agronomia da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO) também foi uma das visitas ao projeto agroecológico coordenado por José Valdir. A visita reuniu cerca de 65 estudantes, além do corpo docente do projeto que acompanhou os ensinamentos.

Valdir aponta que está abrindo mão de tornar sua residência, onde está inserido o projeto de agroecologia, em um bem material restrito a ele e a sua família, mesmo que seja como herança aos seus dois filhos. O objetivo principal é tornar o espaço e a iniciativa um patrimônio imaterial, uma fundação ou ainda uma instituição - analisando ainda qual estrutura seria melhor - com fins de fomentar o projeto. Os 10 hectares de terra, segundo o militante, não podem ser destinados para uso e posse individual, mas sim de caráter coletivo.

Com o apoio de duas emendas parlamentares conquistadas recentemente, ele pretende finalizar as obras para alavancar a atuação no território, tendo como intenção transformar o espaço apto para o oferecimento de cursos voltados à agrofloresta e à agroecologia, capacitando tecnicamente os interessados. Outro objetivo é a fomentação da discussão sobre o tema e também a veiculação ao curso da prática do cuidado da agrofloresta. Sendo assim, ele pretende separar, em lotes de 100 metros quadrados, terras para os alunos praticarem os aprendizados. O espaço contará com um alojamento equipado com dormitório e cozinha para receber os alunos e proporcionar uma estadia durante o curso. A previsão de conclusão das obras é ainda para 2023, de modo que em 2024 o curso já poderá ser iniciado.

Valdir Misnerovicz.



Foto: Cilas Gontijo/Jornal Opção.

Biblioteca de Valdir Misnerovicz, com mais de três mil livros à disposição dos assentados.



Foto: Cilas Gontijo/Jornal Opção.

COMERCIALIZAÇÃO DOS ALIMENTOS

A Feira Interinstitucional, que envolve os dois Institutos Federais em Goiás, além da Universidade Federal de Goiás e cerca de 108 famílias do Assentamento Canudos, acontece mensalmente. Além de levar os alimentos para mais pessoas, a feira provoca a integração das instituições federais com a comunidade, reforçando um dos três pilares de atuação das instituições de ensino, a extensão. A Comunidade que Sustenta a Agricultura (CSA) é um dos meios de comercialização formalizado pelos produtores. Originada em 2020, a CSA surgiu por iniciativa de um grupo de consumidores que buscavam alimentos saudáveis e encontraram nos produtores do Assentamento Canudos uma fonte de confiança. Através das CSAs, os produtores acessam um grupo de consumidores que se autodenominam coagricultores em função da corresponsabilidade dedicada ao projeto. A CSA - 5º Artigo - a qual está vinculado Valdir do MST e seu Assentamento - é formada por 2 agricultores e 46 coagricultores.

Os coagricultores fazem pagamentos mensais e os agricultores ficam responsáveis pela entrega semanal de todos os alimentos produzidos. As entregas acontecem semanalmente às quartas-feiras ou aos sábados, compostas por, pelo menos, cinco itens. As cestas são produtos colhidos durante a semana como tubérculos, verduras e frutas. Esses coagricultores, além da responsabilidade com os pagamentos, têm a responsabilidade de acompanhamento do projeto no que se refere não só a sua comercialização, mas

também às produções. Quinzenalmente, é realizado um mutirão de produção, no qual os coagricultores são convidados a acompanhar a execução do plantio e da colheita no Organismo Agrícola no Assentamento Canudos. Portanto, abre-se assim a possibilidade de aprendizados e formações para possíveis replicações da produção de alimentos saudáveis, podendo impactar exponencialmente a população de Goiás.

A comercialização dos alimentos é também vinculada a ações de sindicatos parceiros em atuações de doação e beneficência desses agentes. Dessa maneira, os sindicatos contatam os produtores combinando determinadas quantidades de cestas básicas a serem adquiridas para doações. De forma semelhante, instituições religiosas da região compram cestas para realizarem doações aos mais necessitados. Além disso, os agricultores estabeleceram uma política que incrementa 10% dos alimentos adquiridos nas cestas quando essas são destinadas a doações. Ou seja, há uma parcela de doação própria dos agricultores que faz chegar ainda mais alimentos saudáveis aos mais necessitados, episódio em que os coagricultores solicitam um apoio específico para alguém na comunidade que estiver precisando, o que também é atendido pelos agricultores. Valdir do MST narrou um episódio em que uma das coagriculturas solicitou um apoio para duas vizinhas em situação de vulnerabilidade e condições de saúde debilitadas. No dia de retirada, seguinte à solicitação, a coagricultora teve seu pedido atendido e também prioridade na retirada dos alimentos.

O JULGAMENTO E OS RECURSOS

A primeira decisão judicial condenava José Valdir Misnerovicz a seis anos e meio em regime fechado. A decisão, em primeira instância, foi recorrida, levando a discussão para instâncias superiores. Já em 14 de setembro de 2021, foi proferida a decisão em relação ao recurso feito pela defesa do militante, que foi absolvido da acusação de organização criminosa. Entretanto, ainda como forma de punição, ele foi condenado por esbulho, tendo como sentença um mês, que também foi recorrida e derrubada pelo Superior Tribunal de Justiça.

Agora, restabelecida sua liberdade plena, finalmente Valdir poderia retornar integralmente às suas atividades. Então, no final de 2021, o MST sugeriu que Valdir concorresse como candidato a Deputado Federal, o que foi aceito pelo militante que disputou nas eleições de 2022.

Marcha de apoiadores percorre assentamento em ato de filiação de Valdir Misnerovicz ao PT



Foto: Pedro Rafael Vilela/Brasil de Fato.

Valdir Misnerovicz discursa durante ato de filiação ao PT, no Assentamento Canudos, em Palmeiras de Goiás (GO)



Foto: Pedro Rafael Vilela/Brasil de Fato.

A construção pela candidatura teve influência de uma coalizão de movimentos sociais e sindicais que propuseram a Valdir uma jornada no pleito, amplificando as discussões sobre a terra. Sua missão seria aproveitar esse espaço para levar o tema da agroecologia e comida saudável e o debate sobre a terra. A estratégia seria aproveitar o espaço que o processo eleitoral proporciona para circular essas ideias, passando por todo o estado com as discussões acerca do tema da agroecologia e a democratização da terra como mecanismo de justiça social no país. O militante, apesar de não ser filiado a nenhum partido, tinha boas relações entre as siglas associadas às lutas populares como o PT, PSOL, PCdoB, entre outros, o que facilitou a construção de uma candidatura mais sólida. Terminadas as eleições, Valdir recebeu cerca de 7 mil votos pelo Partido dos Trabalhadores, ocupando a segunda suplência do partido.

No início de 2023, findado o processo eleitoral, Valdir não expressa muita vontade em se candidatar a um cargo eletivo novamente. Por outro lado, reafirma suas aspirações como militante da terra. Nesse sentido, relata que seu nome está sendo cotado para o Ministério de Desenvolvimento Agrário, no qual seria Coordenador do Escritório de Representação do Ministério de Desenvolvimento Agrário.

Mais uma vez, ele faz questão de destacar que a possível nomeação também é uma tarefa política deliberada pelo MST, que ele, individualmente, não se colocou nessa disputa, visto que foi indicado por seus pares em função de sua trajetória. Valdir destaca que sua nomeação foi uma demanda apresentada por diversos

organismos sociais, movimentos sociais e produtores para que ele ocupasse o cargo e pudesse intermediar a construção a partir do Governo Federal.

O chamado campo unitário, formado por diversas organizações, tem, entre elas, a Pastoral da Terra, somada à Comissão Pastoral da Terra (CPT), os Movimentos Sindicais, Federação de Agricultura do Estado de Goiás (FAEG) e Federação dos Trabalhadores Rurais na Agricultura Familiar do Estado de Goiás (FE-TAEG), ambas dedicadas aos agricultores cuja área não ultrapassa 4 módulos fiscais - ou 15 hectares -, os chamados pequenos agricultores. Além das federações, o Movimento Camponês Popular (MCP), que trabalha a partir dos agricultores familiares, também foi um dos apoiadores nessa coalizão que ainda teve a participação do MST. Essa coalizão teve grande participação na construção da candidatura de Valdir quando tiveram por objetivo disseminar a discussão sobre reforma agrária e justiça social a partir da terra.

Como coordenador do escritório em Goiás, Valdir do MST espera poder articular a construção das políticas do Ministério de Desenvolvimento Agrário junto aos pequenos agricultores e assentados de todo o Estado. Os militantes buscam, a partir das estruturas do Estado, fazer com que esse seja de fato um indutor da produção de alimentos saudáveis. Ele destaca que, justamente por esse objetivo, seu nome foi proposto para ocupar o cargo, lembrando que, além dos conhecimentos técnicos e acadêmicos acumulados em sua formação como professor e mestre, ele tem a prática que potencializa sua expertise no tema.

A atuação no Ministério, entretanto, preocupa-o porque, novamente, uma tarefa política pode afastá-lo, ainda que em alguns momentos, do assentamento onde atualmente reside e administra o projeto de produção de alimentos saudáveis. Mas ele relata que, apesar da preocupação, optou pela atuação junto ao Ministério a fim de amplificar sua atuação junto a outros assentamentos, redes de pequenos agricultores, enfim, ampliar sua rede de atuação.

ENTREVISTA COM VALDIR

EM NOVEMBRO DE 2023

1- Qual é o cargo que o você ocupa atualmente?

“Hoje estou como coordenador geral do escritório do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Nós temos uma estrutura e o escritório está passando agora por uma mudança, onde passará a ser superintendência e assim ocuparei o cargo de superintendente”

2- Qual é a sua rotina no trabalho? Quais atividades você desenvolve?

“A minha tarefa é representar e articular o conjunto das políticas de programa que é de responsabilidade do ministério. Nós temos mais de trinta ações de responsabilidade do ministério e nossa tarefa é fazer com que essas ações, esses programas e políticas cheguem até o seu destino, que são os pequenos agricultores. Alguns exemplos dessas ações é a questão do acesso ao crédito referente as condições para produção, a viabilização da assistência técnica para os agricultores e a transição para a agroecologia. Temos muitas outras atividades, uma muito importante que posso citar é de ajudar a viabilizar a parte da comercialização da produção dos agricultores. Temos discutido várias ações relacionadas às compras institucionais e temos uma parceria também com o SESC para viabilizar essa comercialização. Essa é uma parceria do SESC, MDA e Universidade Federal e é de nossa tarefa coordenar esse projeto. Por último também posso citar ações políticas para ju-

ventude, para as mulheres e agora vamos assumir também a parte do crédito fundiário”

3- Como acredita que pode ajudar a comunidade através desse trabalho?

“O MDA tem um trabalho muito importante pois é o ministério que trabalha e articula as políticas relacionadas as agriculturas familiares, aos pequenos agricultores. São esses agricultores que garantem a nossa alimentação do dia a dia, sendo mais de 70% dos alimentos vindos da pequena produção, então quando viabilizamos esses agricultores em conjuntos de políticas e programas, estamos proporcionando que mais alimentos cheguem até os consumidores. Isso beneficia os dois lados, tanto o de quem produz quanto o de quem irá consumir, e estamos atualmente debatendo para que essa oferta seja de alimentos saudáveis. Um dos programas importantes que nós temos é a compra de alimentos e doação simultânea, onde compramos esses alimentos dos agricultores e doamos para instituições filantrópicas locais, como por exemplo asilos e creches, mais vulneráveis e que precisam de auxílio. Esta ideia também está dentro de uma ideia do governo de tirar o Brasil do mapa da fome”

José Valdir Misnerovitz, 22 de novembro de 2023.



Foto: Bruna Monteiro.

A CPI DO MST

Após o fim do Governo Bolsonaro, que foi marcado por perseguições do poder Executivo federal aos movimentos sociais, esperava-se, do ponto de vista das mobilizações sociais, que fosse um período de reconstrução. Porém, mesmo com a posse de um presidente formado na militância sindical, deputados e senadores construíram artimanhas para continuar perseguindo e criminalizando a atuação dos movimentos que lutam pela terra. É baseado nisso que se instaurou a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) no início de 2023, sem um objetivo claro e sem grandes conclusões.

A criminalização dos movimentos sociais, como já vimos em outras partes desta pesquisa, é um instrumento comumente utilizado pela oligarquia brasileira que possui raiz no meio rural. A política do coronelismo, muitas vezes figurada por grandes proprietários de terra, como o caso dos “coronéis” da família Caiado em Goiás, é um exemplo claro. Estes estão sempre armados pelo poder político e pelos instrumentos do Estado brasileiro para conformar um arranjo ideológico contra os movimentos sociais do campo.

Em 15 de março de 2023, foi apresentado pelo deputado Tenente Coronel Zucco, pertencente ao partido Republicanos-RS, o requerimento de abertura de uma CPI. No texto inicial, a finalidade da CPI seria investigar a atuação do MST, do seu real propósito, bem como dos seus financiadores. Essa CPI teve apoio de outros figurões do Legislativo brasileiro, que conformavam a base do antigo governo e atualmente conformam oposição ao governo

Lula. Alguns governadores e prefeitos também se posicionaram em escala regional, tentando criar coro popular para a CPI.

A CPI possui como relator o deputado Ricardo Salles, que foi ministro do Meio Ambiente do governo Jair Bolsonaro e que figurou um dos maiores episódios¹ no governo passado ao dizer que deveria aproveitar a pandemia para “passar a boiada”. Passar a boiada, para Salles, significava a aprovação de um pacote de medidas ambientais, agrícolas, sociais e econômicas para facilitar o desenvolvimento do agronegócio no Brasil. Período após a declaração, Ricardo Salles ficou conhecido popularmente como “o exterminador do futuro”².

Ter a presença do ex-ministro como relator da CPI apresentava para os apoiadores da oposição ao governo algo positivo. Isso porque, mesmo tendo sido exonerado do cargo de ministro por acusações de suposto envolvimento em esquema de exportação ilegal de madeira do Brasil para o exterior, saiu com saldo considerado positivo politicamente. Chegou a ser eleito como Deputado Federal pelo estado de São Paulo com mais de 400 mil votos.

¹ Publicação do jornal Poder 360 – Salles Sugere ir passando a boiada para mudar regras durante a pandemia. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/salles-sugere-ir-passando-a-boiada-para-mudar-regras-durante-pandemia/>

² Greenpeace entrega para o ministro Ricardo Salles o prêmio de Exterminador do Futuro. Disponível em: <https://www.greenpeace.org/brasil/blog/os-bastidores-da-entrega-do-premio-exterminador-do-futuro-a-ricardo-salles/>

Ronaldo Caiado e Ricardo Salles durante a CPI do MST.



Foto: Gabriela Biló / Folhapress.

Algumas sessões da CPI foram célebres, com direito à presença do ex-deputado federal, ex-senador e atual governador de Goiás, Ronaldo Caiado. Caiado, ou melhor, os Caiados possuem uma relevância quando o assunto for perseguição aos trabalhadores do campo e aos sem-terra em Goiás. Desde antes do surgimento do MST, já havia conflitos entre os membros da família Caiado, que sempre representaram politicamente os grandes proprietários de terra, com camponeses e assentados pela reforma agrária.

Na ocasião da CPI, Ronaldo Caiado reafirmou seu discurso antirreforma agrária e apresentou uma tentativa de alinhamento

ideológico com o bolsonarismo, que dominava os presentes na sessão. Posição já esperada por quem tentou criar um centro de espionagem de movimentos sociais durante seu governo em Goiás e é um dos fundadores do antigo partido União Democrática Ruralista (UDR). Em parte da fala de Caiado, também é visível um ódio pelo MST ter ocupado e transformado a antiga sede da UDR em um assentamento que hoje produz alimentos agroecológicos e atende a produção de alimentos em alguns municípios de Goiás.

A principal sessão, do ponto de vista da importância para a discussão sobre o MST, foi a do dia 15 de agosto de 2023. A sessão foi marcada por um interrogatório de bolsonaristas que odeiam os trabalhadores do campo com a liderança do MST, João Pedro Stédile. Outras lideranças, como José Rainha Júnior, já haviam participado da CPI e sido ameaçadas de prisão enquanto dava seus depoimentos.

João Pedro Stédile durante CPI.



Foto: MST.

João Pedro Stédile é, sem dúvida, uma das maiores lideranças na história do MST. Formado em Economia pela PUC-RS, é símbolo de uma pessoa com liderança política e teórica sobre as questões agrárias no Brasil e na América Latina. É membro da coordenação nacional do MST e, entre outras articulações internacionais, por esse e outros motivos, foi recebido com sede de questionamentos por alguns que não demonstravam mínimo conhecimento sobre a questão agrária e muito menos da estrutura fundiária do Brasil.

Inicialmente, o MST foi tratado na CPI como uma organização de invasores de terra, o que demonstrou total desconhecimento de alguns deputados presentes sobre a diferença entre invasão, ocupação de terras e algumas formas de esbulho presentes na legislação brasileira. A resposta de Stédile foi direta: “quem invade terras no Brasil são os fazendeiros, como fazem em terras indígenas no Mato Grosso do Sul”, causando choque e direta divergência entre discursos.

A presença do MST reverberou sobre a discussão da produção de comida e o que é comida. Os defensores do agronegócio afirmam que o modelo de produção capitalista é responsável pelo alimento do mundo e que produzem a riqueza do Brasil, mas houve contraposição de que o agronegócio produz, na verdade, commodities e que essas commodities são exportadas ao invés de servir a mesa dos brasileiros. Além disso, a riqueza produzida vai para a mão das multinacionais estrangeiras e quase nada sobra para os trabalhadores e investidores nacionais.

Ou seja, o MST se coloca contra o modelo colonial agroexportador e a favor de um modelo de produção de comida que leve em conta as questões nutricionais e culturais presentes na alimentação brasileira. Desde 1500, o Brasil está colocado na Divisão Internacional do Trabalho como um país exportador de matéria-prima e cumpre essa função para países que ficam com a riqueza das mercadorias produzidas e comercializadas, o que representa uma contradição de desenvolvimento de uma sociedade industrial.

Ao questionar Stédile se há na China algum movimento que pode ser comparado com o MST, os deputados demonstraram um enorme desconhecimento sobre a história da sociedade brasileira e do mundo. A China foi usada de exemplo porque é, para eles, um símbolo de país comunista e que deveria ter também movimentos sociais pedindo reforma agrária. Isso porque, no conhecimento escasso e estereotipado sobre o que é o comunismo, eles têm os movimentos sociais como símbolo.

A resposta sobre o questionamento acima foi simples: “Na China não há nenhum movimento de luta pela terra pois fizeram reforma agrária 70 anos atrás”. E ainda indicou o rumo para acabar com o MST, que seria fazendo reforma agrária popular, como fez a China em meados do século passado e que resultou em um país com soberania nacional e desenvolvimento econômico invejável.

A presença de Stédile na CPI foi importantíssima e serviu para reafirmar os objetivos do MST. Preocupado com a questão alimentar e fundiária no Brasil, ele hoje lidera um movimento de luta espalhado por todo o Brasil e investiga as possibilidades legais de re-

forma agrária presentes na Constituição, de acordo com a realidade de cada região. Assim, auxilia os trabalhadores a conquistarem suas terras através da luta política e a terra voltar a ter uma função social, seja de moradia ou produção de comida de verdade.

A CPI do MST foi encerrada no dia 23 de setembro de 2023, sem votação do relatório final. O relatório que não foi votado recomendou o indiciamento de 11 lideranças, entre elas 6 membros do MST. Assim, sem uma decisão final do relator Ricardo Salles, a CPI do MST se colocou como uma forma clara de perseguição aos movimentos sociais no Brasil e uma tentativa de criminalização de lideranças do MST.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Leandro Cabral de. Os comunistas e os trabalhadores rurais no processo de radicalização da luta pela terra no pré-1964. *Cantareira*, Niterói, n. 34, 2021.

Disponível em: <https://periodicos.uff.br/cantareira/article/view/44203>. Acesso em: 3 out. 2023.

BARONE, Luís Antônio. A armadilha diversionista: as verdades secretas da CPI do MST e os interesses do governo do Estado de São Paulo. In: *ENCONTRO DA REDE DE ESTUDOS RURAIS*, 10., 2023, São Carlos, SP. Anais [...]. São Carlos, SP: UFSCar, 2023.

BARREIRA, César. A violência disseminada. Crônica de um massacre anunciado: Eldorado dos Carajás. *São Paulo em Perspectiva*, São Paulo, v. 13, n. 4, dez. 1999. DOI: <https://doi.org/10.1590/S0102-88391999000400015>

BRASIL. Presidência da República. Casa Civil. Lei nº 4.504, de 30 de novembro de 1964. Dispõe sobre o Estatuto da Terra, e dá outras providências. Brasília, DF: Diário Oficial da União, 1964.

BRASIL. RCP 3, de 26 de abril de 2023. Requer a criação de Comissão Parlamentar de Inquérito com a finalidade de investigar a atuação do grupo Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST), do seu real propósito, assim como dos seus financiadores. Brasília, DF: Câmara dos Deputados, 2023.

BRASIL 247. Governo Caiado monta centro de espionagem de movimentos sociais especialmente do MST. Brasília, DF, 19 nov. 2021. Disponível em: <https://www.brasil247.com/regionais/brasil/governo-caiado-monta-centro-de-espionagem-de-movimentos-sociais-especialmente-do-mst>. Acesso em: 4 nov. 2023.

CASALDÁLIGA, Pedro. As águas do tempo. Cuiabá: Fundação Cultural de Mato Grosso, 1989.

CENTRO VOCACIONAL E TECNOLÓGICO APINAJÉ. CVT - Quem Somos. CVT, 2019. Disponível em: <https://cvtapinaje.com.br/quem-somos/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Violência no campo e Estado. Goiânia: CPT, 2022. Disponível em: <https://cptnacional.org.br/publicacoes-2/noticias-2/6602-violencia-no-campo-e-estado>. Acesso em: 5 out. 2023.

CPT- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos no Campo 2002 a 2022. Goiânia: CPT, 2023.

Disponível em: <https://www.cptnacional.org.br/sobre-nos/historico>. Acesso em: 5 out. 2023.

FEIRA INTERINSTITUCIONAL AGROECOLÓGICA. Grupo de Agricultoras(es) Familiares e Quilombolas. [s.d.]. Disponível em: <https://feiraifesgo.cestaagroecologica.com.br/index.php/inicio/>.

Acesso em: 22 nov. 2023.

GOIÁS. Emater realiza I Encontro de Mulheres Rurais em Campestre de Goiás. Goiânia: Emater, 2023. Disponível em: <https://www.emater.go.gov.br/wp/emater-realiza-1-encontro-de-mulheres-rurais-em-campestre-de-goias/>. Acesso em: 22 nov. 2023.

GOLIN, Tau. Os cotistas desagradecidos. Portal Geledés, 2014. Disponível em: <https://www.geledes.org.br/os-cotistas-desagradecidos/>. Acesso em: 22 nov. 2022.

GREENPEACE. Os bastidores da entrega do “Prêmio Exterminador do Futuro” a Ricardo Salles. Greenpeace Brasil, 22 dez. 2019. Disponível em: [g/brasil/blog/os-bastidores-da-entrega-do-premio-exterminador-do-futuro-a-ricardo-salles/](https://www.greenpeace.org/brasil/blog/os-bastidores-da-entrega-do-premio-exterminador-do-futuro-a-ricardo-salles/). Acesso em: 5 nov. 2022.

IBGE. Atlas do Espaço Rural Brasileiro. Coordenação de Geografia. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IBGE. Estrutura Fundiária. Rio de Janeiro: IBGE, 2020.

IFG-INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA. Curso capacita mulheres de Canudos na produção de cosméticos artesanais. Goiânia: IFG, 2019. Disponível em: <https://www.ifg.edu.br/aluno/17-ifg/ultimas-noticias/15416-extensaomulheres>. Acesso em: 22 nov. 2023.

IICA-INSTITUTO INTERAMERICANO DE COOPERAÇÃO PARA A AGRICULTURA. Prêmio Mulheres Reais-Espanha Reconhece. Brasília, DF, 19 de maio de 2023.

MAIA, Cláudio Lopes. Os donos da terra: a disputa pela propriedade e pelo destino da fronteira – a luta dos posseiros em Trombas e Formoso 1950/1960. 2008. 275 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2008.

MARQUES, A. C. O. Cartografia das moradias em Canudos: a dimensão política do morar. 2017. 273 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2017.

MARTINS, José de Souza. O cativo da terra. São Paulo: Contexto, 2010.

MONCAU, Gabriela. MST reocupa fazenda em GO usada para exploração sexual e reivindica a área para reforma agrária. Brasil de Fato, São Paulo, 24 jul. 2023.

ONU SUSTENTABILIDADE. Como as construções sustentáveis contribuem para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU? Brasília, DF, 15 de outubro de 2020.

PINTO, Tales dos Santos. As Ligas Camponesas. Mundo Educação, São Paulo, s.d. Disponível em: <https://mundoeducacao.uol.com.br/historiadobrasil/as-ligas-camponesas.htm>. Acesso em: 5 out. 2023.

PODER 360. Salles sugere “ir passando a boiada” para mudar regras durante a pandemia. Poder 360, 22 maio 2022. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/salles-sugere-ir-passando-a-boiada-para-mudar-regras-durante-pandemia/>. Acesso em: 5 nov. 2023.

PRAZERES, Leandro. A estratégia do Brasil por solução sobre Israel-Gaza no fim de mandato do Conselho de Segurança. BBC News Brasil, Brasília, DF, 31 out. 2023.

RAMOS FILHO, Eraldo da Silva; MITIDIERO JUNIOR, Marco Antonio; SANTOS, Layane Rose Souza (orgs.). Questão Agrária e conflitos territoriais. 1. ed. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

REDE BRASIL ATUAL-RBA. Avião presidencial enviado por Lula para resgatar brasileiros em Gaza já está na Itália. Rede Brasil Atual, São Paulo, 13 out. 2023. Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/>. Acesso em: 2 nov. 2023.

SANTOS, Leonardo Soares. As ligas camponesas do PBC. A transformação da questão agrária em ação política (1928-1947). Trocadero, Cádiz, Espanha, v.1, n. 17, jan. 2005. DOI: 10.25267/TROCADERO.2005.i17.04

SANTOS, Simonny. Mulheres trabalhadoras e guerreiras do assentamento de Canudos. Rádio Brasil de Fato, 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/07/11/mulheres-trabalhadoras-e-guerreiras-do-assentamento-de-canudos>. Acesso em: 22 nov. 2023.

UOL. Avião da FAB com doações do MST à Faixa de Gaza pousa no Egito

UOL, São Paulo, 31 out. 2023. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2023/10/31/aviao-doacoes-mst-gaza-pouso-egito.htm>. Acesso em: 10 nov. 2023.

OBRIGADO!

